



Anais da Assembléia

Nº 155

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes**: Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Piz-zato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes**: Tadeu Lucio Machado - José Boi-ko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** - 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** - 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 107.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 1993
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Doutor Rosinha, Ernani Pudell, José Arthur Ritti e Namir Piacentini (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e dois Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Havendo número legal, procede à verificação de votação. Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 074/93

Curitiba, 04 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a refinanciar a dívida mobiliária do Estado e os saldos devedores de operações de crédito interno de responsabilidade da Administração Direta e Indireta do Estado, junto a órgãos e entidades controlados direta e indiretamente pela União.

O entendimento que orienta esta solicitação é a execução do Programa de Ação Imediata do Governo Federal, que tem como base em suas diretrizes o saneamento das finanças do setor público.

Como esse Programa é revestido de caráter geral, visando ao atendimento da totalidade das unidades da Federação, deverá haver a adaptação de cada uma delas às suas necessidades e peculiaridades. O contido no anteprojeto tem, portanto, cunho genérico, de forma a observar os termos recomendados pelo Governo Federal, adaptando-se este Estado do Paraná às suas necessidades.

No caso do Estado do Paraná, considerando a boa situação de suas empresas da Administração Indireta, não se faz necessária a negociação pelo Poder Executivo das dívidas dessas entidades, estando elas autorizadas a refinanciarem diretamente com a União Federal.

A importância deste Programa a nível de Governo do Estado é que serão refinanciados os saldos devedores existentes em 30.06.93 e que, destes poderão ser deauzidos parcial ou totalmente os créditos líquidos e cortes havidos pelo Estado ou por suas autarquias, fundações públicas e empresas das quais detenha diretamente ou indiretamente o controle acionário, junto a órgãos ou entidades controlados direta ou indiretamente pela União.

Além disso, em conformidade com os princípios básicos estabelecidos no referido programa, este Governo, por encon-

trar-se adimplente com seus compromissos do serviço da dívida pública interna, poderá se beneficiar de um alongamento no perfil de sua dívida, configurado hoje em 24 anos, para 30 anos.

Conseqüentemente haverá maior disponibilidade financeira, propiciando sua aplicação em outros projetos imperativos existentes nos planos governamentais.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a contratar com a União Federal, o refinanciamento de dívidas oriundas de operações de crédito interno, vencidas e vincendas, junto a órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pela União, contraídas pelo Estado ou por suas autarquias, fundações públicas e empresas das quais detenha direta ou indiretamente o controle acionário.

Parágrafo Único - O Estado assumirá previamente perante os credores as dívidas de responsabilidade de suas controladas, ficando estas autorizadas a promover a transferência ou a contratar diretamente com a União o refinanciamento de que trata este artigo.

Art. 2º - A dívida mobiliária poderá ser refinanciada junto à União Federal de acordo com os critérios por esta estabelecidos, observados quanto a prazos e garantias também as condições estipuladas nesta Lei para o refinanciamento de dívidas oriundas de operações de crédito.

Art. 3º - Os créditos havidos pelo Estado ou por suas autarquias, fundações públicas e empresas das quais detenha direta ou indiretamente o controle acionário, junto a órgãos ou entidades controlados direta ou indiretamente pela União, poderão ser compensados, parcial ou totalmente, com os saldos devedores a serem refinanciados relativos a operações de crédito.

Parágrafo Único - Na hipótese de assunção da dívida de que trata o art. 1º desta lei, o Estado subrogar-se-á nos direitos correspondentes aos créditos de suas controladas.

Art. 4º - O Poder Executivo fica autorizado a contratar o refinanciamento pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses,

com ou sem carência, obrigando-se a observar, com relação ao valor dos compromissos mensais com a operação, os limites de comprometimento de receitas estabelecidas pelo Senado Federal.

Parágrafo Único - Caso os compromissos mensais não se comportem nos limites de comprometimento, os valores excedentes poderão ser prorrogados para pagamento em até 120 (cento e vinte) meses após o término do prazo inicial do contrato de refinanciamento, de acordo com os critérios estabelecidos pela União.

Art. 5º - Em garantia aos contratos de refinanciamento poderão ser oferecidas as receitas próprias do Estado e de suas entidades controladas ou aquelas transferidas pela União na forma dos incisos I, "a" e II do artigo 159 da Constituição Federal, bem como outros bens ou direitos legalmente admitidos.

§ 1º - As receitas do Estado, próprias ou transferidas pela União, poderão ser vinculadas, em caráter complementar, para garantia de refinanciamentos contratados diretamente por entidades controladas.

§ 2º - Em caráter complementar, as receitas próprias de entidades controladas poderão constituir garantia dos refinanciamentos a serem contratados pelo Estado.

Art. 6º - Para cumprimento das obrigações assumidas, o Estado e suas entidades controladas ficam autorizados a incluir cláusula contratual que autorize a União a promover o débito em contas de depósito, das importâncias não pagas nos vencimentos, inclusive decorrentes de garantias prestadas nos contratos de refinanciamento.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº ATCC 4881/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações do Senhor Deputado Algaci Túlio ao Governador do Estado, pedindo esclarecimentos sobre "Comissão de Sindicância instaurada para examinar o processo de aquisição de aeronaves do Governo". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 4867/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Algaci Túlio ao Governador do Es-

tado, pedindo esclarecimentos sobre "denúncias quanto a entrevero ocorrido nas dependências da divisão de serviços e transporte comercial do Governo, com prejuízos para o patrimônio público". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 4846/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Algaci Túlio ao Governador do Estado, pedindo esclarecimentos sobre "Helicópteros do Governo". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 4869/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Algaci Túlio ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, pedindo esclarecimentos sobre "Situação das Entidades Conveniadas com Aquela Secretaria". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 4868/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Mário Bezerra ao Secretário de Estado dos Transportes, pedindo esclarecimentos sobre "Restauração da PR-323, trecho Rio Bertioga-Cruzeiro do Oeste". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 4853/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Luiz Henrique Bona Turra ao Secretário de Estado da Segurança Pública, pedindo esclarecimentos sobre "Inquérito relativo às obras do Fórum de Curitiba". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 4847/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, pedindo esclarecimentos sobre "Construção de Unidades do Clube do Irmão Caçula". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 4850/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Luiz Henrique Bona Turra ao Secretário de Estado da Segurança Pública, pedindo esclarecimentos sobre "Fraude na Comercialização de Linhas Telefônicas em Foz do Iguaçu". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° 7694/93, do Senhor Luiz Glicério Silveira Ferrari - Superintendente Regional em exercício da Polícia Federal, em resposta ao Pedido de Informações do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que pede esclarecimentos sobre "Fraude na Comercialização de Telefones em Foz do Iguaçu". Ao Conhecimento do Senhor Deputado inte-

ressado.

Sob o n° ATCC 4877/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Nilton Barbosa, pedindo esclarecimentos sobre "Critérios e Tarifas Adotadas no Lançamento de Consumo de Iluminação Pública nos Municípios". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° 9/93-GEO, do Senhor Mário Yoshio Tookuni, Diretor Geral do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, encaminhando Relatório Gerencial de Obras, referente ao período de 01 a 30/09/93. Ao Conhecimento da Casa.

Ofício:

OF. n° 112/93

Senhor Presidente.

Este tem a finalidade de justificar a ausência nas sessões de hoje e amanhã (08 e 09/11) do Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), por se encontrar em Brasília, no Encontro de Parlamentares com Projeto em Saúde Mental, a convite do Ministério da Saúde e da Organização Panamericana de Saúde.

Aproveitamos para justificar também a ausência de Ernani Pudell na sessão de hoje (08/11) por se encontrar em um debate prestando contas do mandato, a convite dos Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.

Sendo o que se apresenta, aproveitamos para externar votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.11.93..

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei n° 399/93 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 4269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4321

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, na qualidade de Líderes das Bancadas com assento nesta Casa, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja adiado para o dia 25 de novembro do corrente ano, o prazo final para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, que finda originariamente na presente data.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(aa) RENATO ADUR

PAULO MAIA

ERONDY SILVÉRIO

OVÍDIO CONSTANTINO

COLOMBINO GRASSANO

HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO N° 4284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transferida a entrega do Título de Cidadão Honorário ao pastor Elias Alves Moreira, marcada para o dia 05 de dezembro do corrente ano, às 10:30 horas, para a mesma data e horário, porém seja procedida a solenidade no recinto da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, localizada no Município de Arapongas, neste Estado.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 4291

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam convocados para comparecer neste Poder Legislativo, em data e horário a ser designado, os senhores: Diretor do Serviço de Loterias do Paraná, Nassib Jabur; e Ouvidor-Geral do Estado, Olivir Gabardo; para prestarem esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades no Serviço de Loterias do Paraná, recentemente veiculadas na imprensa.

Requer, outrossim, que para a mesma audiência sejam convidados os senhores: Conselheiro João Feder, do Tribunal de Contas do Paraná, e Presidente do Sindicato dos Lotéricos do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Através da imprensa toda a população toma conhecimento de denúncias de irregularidades no pagamento de prêmios através do Serviço de Loterias do Paraná. Serviço esse, cancelado pelo Estado, e que foi criado com a finalidade de financiar obras

e programas sociais, conforme o disposto na Constituição do Estado.

Ao levantar de tais denúncias, é imperiosa a atuação fiscalizadora da Assembléia Legislativa, estendendo-se além da análise das denúncias formuladas pelo próprio Governador do Estado, alcançando todas as atividades do SERLOPAR. Afinal, as denúncias partidas do Tribunal de Contas do Paraná, de que tal serviço vem apontando resultados financeiros operacionais negativos, são da maior gravidade.

É necessário, ainda conhecer a destinação dos recursos provenientes da arrecadação das apostas lotéricas, verificando se o artigo 175 da Constituição Estadual vem sendo cumprido e de que forma isto vem sendo realizado.

Sendo evidente a contradição entre as diversas partes envolvidas nas denúncias, é urgente a convocação dos nominados no presente requerimento para prestarem os esclarecimentos devidos.

REQUERIMENTO N° 4323

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM envio de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Prosdócimo Guerra, ocorrido em 07 de novembro (domingo) passado.

O extinto era gaúcho de Soledade, mas veio para o Paraná, quando moço e foi um dos pioneiros da região Sudoeste, onde instalou-se, sendo um dos desbravadores daquela próspera região.

Era casado com a Senhora Adele Guerra e pai de numerosa família, onde destaca-se o ex-Ministro Alceni Guerra, do Deputado Federal Ivânio Guerra e do Deputado Federal pelo Mato Grosso do Sul, Senhor Waldir Guerra.

Requerem, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família, através de correspondência encaminhada à residência dos mesmos, no Município de Patto Branco.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(aa) DUÍLIO GENARI

NELSON GARCIA

ÉLIO RUSCH

BASÍLIO ZANUSSO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

(Bancada Estadual do PFL)

REQUERIMENTO N° 4324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Bernardino Barbosa, ocorrido em

Ponta Grossa, no dia 02 de novembro próximo passado.

O extinto era casado com a Senhora Katty Mistrorigo Barbosa, com quem tinha quatro filhos: Roberto M. Barbosa, Fernando M. Barbosa, Sandra M. Barbosa e Paula M. Barbosa. Tinha 66 anos, e era engenheiro civil.

Era empresário do setor automobilístico de Ponta Grossa, exercendo as funções de Diretor da C.V.L., distribuidora da marca FIAT, para Ponta Grossa e região, sendo também diretor da Localiza National, na cidade. Nos dois últimos anos exerceu as funções de Diretor da Rádio Clube Pontagrossense.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família, através de correspondência encaminhada à sua residência, situada na Rua Balduino Taques, 266 em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 4271

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual, pela comemoração dos 29 anos de serviços prestados à comunidade.

O Batalhão é responsável pelo policiamento preventivo e ostensivo de circulação de veículos. Comandado atualmente pelo Tenente-Coronel Luiz Eduardo Hunzicker, o Batalhão abrange uma área de atuação de 18 mil quilômetros de Rodovias no Estado, entre as quais 2300 quilômetros de Rodovias Federais delegadas.

São, ao todo, 63 postos de polícia rodoviária distribuídos entre seis companhias nas principais regiões do Paraná. O total de efetivo da unidade é de cerca de 9000 homens, com uma frota de 130 viaturas.

Em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais, as atividades são desenvolvidas pela 5.ª Companhia, comandada pelo Capitão Enéas Pacher da Silva, responsável pelo patrulhamento de 2800 quilômetros, a unidade conta com 130 homens e 24 viaturas.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Tenente-Coronel Luiz Eduardo Hunzicker, Comandante do Batalhão Estadual, e ao Capitão Enéas Pacher da Silva, Comandante da 5.ª Companhia da Polícia Rodoviária.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4272

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Lions Clube Pitangui de Ponta Grossa, que comemorou no dia 15 de outubro, 15 anos de existência.

O Clube, ao longo desses 15 anos, tem procurado se integrar a comunidade através de promoções de cunho social, atuando em todas as áreas, tanto no meio ambiente, quanto na assistência social, entre outras.

Atualmente o Clube conta com a participação de 31 membros, que desenvolvem inúmeras atividades, não visando somente a filantropia, mas sim, contribuindo com a sociedade como um todo, lançando sementes positivas para a cidade.

Requer ainda que a decisão desta Casa seja dada ciência, em nome do Presidente do Clube, Senhor João Carlos, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4273

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação a 21.ª Edição do FENATA - Festival Nacional de Teatro Amador, que está sendo realizado em Ponta Grossa, entre os dias 3 e 10 de novembro.

O FENATA, é um encontro de artes cênicas brasileiras, com espetáculos que serão apresentados no Auditório da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Calçadão da Coronel Cláudio e no Cine Teatro de Palmeira.

A Comissão do Festival selecionou entre inscrições procedentes de diversas regiões do País, 13 peças que participarão da mostra competitiva e uma "hours concours", com montagem de "O Deus nos Acuda".

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Comissão Organizadora do FENATA, na UEPG, sito à Praça Santos Andrade, s/n, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação de votos de congratulações, pelo transcurso do 46º aniversário de Emancipação Política do Município de Ibaiti, que se dará no dia 09 de novembro do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Exmo. Senhor

Prefeito Municipal e aos Senhores Vereadores.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4296

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao jornalista Dino Almeida, pela realização da festa Glamour Girl do Paraná, versão 1993.

Que do teor do presente dê-se ciência, além do homenageado, ao Canal 12 e ao Jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Realizada no dia 22 de outubro próximo passado, nas dependências do Paraná Clube, nesta Capital, a versão 1993 da Glamour Girl do Paraná marcou o 29° aniversário dessa já tradicional festa que faz parte do roteiro de grandes acontecimentos sociais do País.

Concebida e organizada pelo jornalista Dino Almeida, a Glamour Girl elege as mais belas jovens do nosso Estado, constituindo importante incentivo a carreira profissional de diversas modelos paranaenses.

A festa Glamour Girl prima sempre pela impecável organização e reunião dos nomes mais expressivos da nossa sociedade. Essas características são garantidas pela forma dedicada e competente com que o jornalista Dino Almeida prepara cada detalhe do evento.

Homem reconhecido pelos muitos serviços prestados ao nosso Estado, principalmente no ofício da crônica social, Dino Almeida merece mais esse destaque pelo empenho e carinho com que faz realizar, anualmente, a festa Glamour Girl do Paraná.

REQUERIMENTO N° 4308

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao casal Sebastiana e Nicodemos da Silva, que completaram 51 anos de feliz união conjugal, renovando assim seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram 51 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo união e alegria ao seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar e manifestar muito

amor no casamento, e conseqüentemente, educar com carinho e honradez seus nove filhos. Sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama do amor e que vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Sebastiana e Nicodemos da Silva na comemoração dos 51 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de voto de congratulação e regozijo, pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de Janiópolis, a ser comemorado no próximo dia 18 de novembro.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele município, Alfeu Teodoro de Oliveira, na Rua Rui Barbosa, 283, CEP 87.380-000.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de voto de congratulação e regozijo, pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de Mariluz, a ser comemorado no próximo dia 29 de novembro.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele município, José Brás Brilhante, na Av. Marília, 1.920 - CEP 87.470-000.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de voto de congratulação e regozijo, pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de Nova Cantu, a ser comemorado no próximo dia 29 de novembro.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele município, José da Rocha Pita, na Rua Niterói, s/n - CEP

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de voto de congratulação e regozijo, pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de Araruna, a ser comemorado no próximo dia 29 de novembro.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele município, Hermes Campos Teixeira, na Praça Nossa Senhora do Rocio, 309 - Caixa Postal 30 - CEP 87.260-000.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de voto de congratulação e regozijo, pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de Engenheiro Beltrão, a ser comemorado no próximo dia 26 de novembro.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele município, José Orlando Romero, na Rua Manoel Ribas, 160 - CEP 87.270-000.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de aplausos ao Grupo Cromusazul, da Cidade de Paranaguá, pelo sucesso da 2.ª Mostra de Artes Plásticas, realizado naquela cidade.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Uma das metas do Grupo Cromusazul está sendo concretizada, através do aprendizado dado às crianças de Paranaguá, que são orientadas pelas artistas plásticas Ofil Vidal, Jamile de Paula Branco, Stella Barros, Adalmy Perseke Garmatter e Beni Cardoso.

A cada momento que a vida se apresenta, apreciar um trabalho cultural nos enche de satisfação.

Melhor ainda, quando as obras apresentadas, são produzidas na terra considerada o Berço da Civilização Paranaense, que as-

sim amplia cada vez mais seu espaço aos que estão chegando às artes plásticas, onde o incentivo maior é sentirem que o povo em si pode admirar suas obras, e divulgá-las mais amiudamente.

O Grupo Cromusazul realizou na Igreja da Ordem essa 2.ª amostra, demonstrando perfeitamente que, seus integrantes, podem e devem realizar esse sistema em outras cidades, e os resultados positivos estarão garantindo, e irão absorver o interesse público.

Foram produções realizadas com muito carinho, onde cada integrante deu um pouco de si para a própria terra, e o sucesso foi a tônica, dessa segunda mostragem artística.

Por essa razão, apresentamos um voto de aplausos, ao Grupo Cromusazul, da cidade de Paranaguá, pelo êxito da 2.ª Mostra de Artes Plásticas, que pedimos sejam endereçados para: A/C Senhora Stella Barros, à Rua Professor Cleto, 1143 - Cep. 83203-240 - Paranaguá; as seguintes Artistas Plásticas Ofil Vidal, Jamile de Paula Branco, Adalmy Perseke Garmatter e Beni Cardoso.

REQUERIMENTO N° 4289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja oficiada informações à Ouvidoria Geral do Estado dos seguintes quesitos, elencados a seguir:

1 - Quanto à Ouvidoria:

1.1 - Relação nominal de pessoas denunciadas com nome e endereço, desde a implantação desta ouvidoria até a data de hoje;

1.2 - Relação de órgãos denunciados, com cópias das respectivas denúncias;

1.3 - Informar quantos processos foram abertos desde a implantação da ouvidoria geral, até a presente data.

1.4 - Anexar cópias de todos os processos que tramitaram na ouvidoria, até a presente data.

2 - Quanto a Denúncias do Banestado:

2.1 - Informar se houve denúncias contra o Banestado;

2.2 - Anexar cópias destas denúncias;

2.3 - Houve denúncias quanto ao pagamento de diárias de funcionários que viajaram a serviço do Banestado;

2.4 - Se positivo, anexar cópias completas do referido processo.

3 - Quanto a Denúncias da Cohapar:

3.1 - Informar quantas denúncias que

envolveram a Cohapar e aos seus funcionários (diretores, assessores e outros);

3.2 - Em caso afirmativo, anexar cópias completas dos respectivos processos.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido de informações está fulcrando em esclarecer à opinião pública e ao povo do Paraná a transparência das atividades e dos serviços prestados por esta ouvidoria, que tem como função precípua promover a justiça e preservar os direitos inerentes à cidadania.

REQUERIMENTO N° 4290

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja oficiada informações sobre o Balanço Financeiro nos últimos 3 anos da Serlopar, assim como outras informações com a resposta dos seguintes quesitos, elencados a seguir:

1 - Quanto a Raspinha:

1.1 - Fornecer cópia do edital de licitação da concorrência pública e propostas dos concorrentes que indicou a firma fornecedora no fornecimento das Cartelas da Raspinha, bem como cópia da ata que julgou a firma vencedora da Concorrência.

1.2 - Existe uma firma Distribuidora das Cartelas da Raspinha?

Se foi feita licitação para esta concessão de distribuição?

Caso exista firma "distribuidora", anexar cópia do contrato pela prestação de serviço de distribuição, indicando detalhes dos valores pagos até esta data para tal firma.

1.3 - Qual o sistema de garantia de "Sigilo" da impressão das cartelas premiadas da raspinha?

É sistema com garantia de Sigilo, por ocasião da impressão e distribuição?

Existe garantia de que pessoas que manipulam tais cartelas na fase de Impressão e de Distribuição, podem ou não saber ou marcar lotes de caixas onde estão as cartelas premiadas?

1.4 - As cartelas não Vendidas, são registradas e anuladas?

Já ocorreu caso de cartelas não vendidas?

Todas as Cartelas Impressas, São Vendidas?

1.5 - Quantos Ganhadores, houve até esta data da raspinha?

Qual o valor dos prêmios pagos a cada um?

Anexar lista respectiva com nome e endereço dos ganhadores e respectivos recibos de pagamento.

Existe ou existiu relação da Serlopar, com a firma "Zás Traz"?

Qual a firma que Intermedia a venda de cartelas da Raspinha entre a Serlopar e as lojas lotéricas que vendem à população as cartelas da raspinha?

Anexar cópias do contrato caso exista.

2 - Quanto a Lotopar

2.1 - Quando há Acumulação do Prêmio destinado ao ganhador, sobre este valor, a Lotopar paga Correção Monetária ao ganhador?

Neste caso a Serlopar aplica o valor do prêmio no mercado financeiro, ou simplesmente deposita em banco em conta corrente sem receber o valor da correção monetária?

2.2 - Indicar os números de conta corrente da Serlopar, e Quais os Nomes e Endereços dos Bancos onde a Serlopar mantém conta corrente e relação econômica.

3 - Balanço Financeiro

3.1 - Apresentar os resultados financeiros da Raspinha, da Lotopar e Loteria do Estado do Paraná, nos últimos 3 anos.

4 - Entidades Beneficiadas

4.1 - Quais os órgãos e ou entidades beneficiadas com a arrecadação das Loterias do Estado do Paraná?

Quando e quanto receberam?

Designar os nomes e os respectivos endereços dos beneficiados.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo destas informações é esclarecer à opinião pública e ao povo do Paraná a realidade das atividades dos serviços de loterias prestados pela Serlopar, cujo interesse maior é o da credibilidade junto aos apostadores que depositam com boa-fé suas economias apostando na sorte.

REQUERIMENTO N° 4270

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Rede Globo de televisão, ao setor responsável pelo título de capitalização Papa Tudo, solicitando que a porcentagem destinada aos órgãos que cuidam de crianças, seja doada para as instituições da cidade onde foi vendida cartela.

Com base nos anúncios referentes ao Papa Tudo faz-se a solicitação de que a parte do dinheiro arrecadado destinado às crianças, fique no município onde foi efe-

tuada a venda da cartela, podendo assim beneficiar todos os municípios onde é vendida a cartela, e não somente os grandes centros.

Requer ainda, um estudo sério e urgente sobre esta reivindicação, para que um município pare de arrecadar dinheiro para outro maior, deixando suas crianças carentes de lado.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4269-A

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4274

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4275

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Vitorino.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4276

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário

rio de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Marreleiro.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4277

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4278

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4279

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Figueira.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4280

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4281

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Pinhãlão.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4282

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Jaboti.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4285

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo identificado, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER ao Presidente desta Casa de Leis, que envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando a instalação de uma unidade da Delegacia da Mulher no Município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

De acordo com o Artigo 66, Inciso IV da Constituição do Estado do Paraná, matérias que versem sobre criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública, são de iniciativa privada do Senhor Governador do Estado, razão porque, encarecemos vosso empenho para um rápido trâmite desta solicitação a fim de que possamos atender os apelos da população feminina daquele próspero município paranaense.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Município de São José dos Pinhais foi criado pela Lei n° 10 de 16 de junho de 1852 e instalado em 08 de janeiro de 1853, possuindo 952,86Km² e com uma população crescente.

O município tem hoje 193.976 habitantes, o Município de São José dos Pinhais necessita, urgentemente, de um órgão que possibilite à mulher defender a sua parti-

cipação, independente e igualitária, numa sociedade em que sofre todo o tipo de violência física e psicológica, em razão dos preconceitos estabelecidos pelo homem.

Assim, há a necessidade de se amparar a população feminina, que se configura com uma força especial e indispensável a todos os atos da vida em comunidade, com um órgão especializado e atuante, como a Delegacia da Mulher, que pelas suas funções institucionais prevista no art. 237 da Constituição Estadual, é especializada no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher, protegendo-a de qualquer tipo de agressão ou discriminação.

REQUERIMENTO N° 4298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alberto Goldmann, Digníssimo Ministro dos Transportes, agradecendo o atendimento de incluir no Sistema Nacional de Viação, a duplicação da Ferrovia Curitiba/Paranaguá.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os fatos demonstram, a necessidade da duplicação da Ferrovia Curitiba/Paranaguá, em função de uma maior movimentação do Porto de Paranaguá.

Realizamos um apelo público; de imediato tivemos o Jornal Gazeta do Povo, através de seu titular, jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, encampando a iniciativa, e propagando a idéia.

No nosso trabalho, solicitamos através da Assembléia Legislativa, a participação da Bancada do Paraná, no Congresso Nacional, onde também encontramos apoio, entre os quais podemos destacar, o empenho e a dedicação do Deputado Federal Paulo Munhoz da Rocha.

O Ministro dos Transportes Alberto Goldmann, foi sensível a essa importante reivindicação do Paraná, e a colocou no Sistema Nacional de Viação para 1.994.

Uma ação meritória desse homem público, por isso, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alberto Goldmann, Digníssimo Ministro dos Transportes, agradecendo o atendimento, e salientando que essa sua atitude, terá para sempre o reconhecimento de todos os Paranaenses, que acreditam no futuro de nosso Paraná.

REQUERIMENTO N° 4300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor João Carlos Cascaes, Mui Digno Presidente da COPEL, parabenizando-o juntamente com toda a Diretoria, pelas reformulações técnicas que está realizando em todo o litoral paranaense.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Está evidenciado, para nós do Estado do Paraná, que um dos nossos orgulhos é a COPEL, cuja ação desenvolvida de levar energia elétrica a todos os recantos, sempre da melhor qualidade, tem sido a tônica.

É nosso dever, como homem público, voltado aos interesses comuns, salientar a dedicação, e o aprimoramento técnico de todos os funcionários dessa Concessionária, aliado ao empenho e dinamismo da atual Diretoria, presidida pelo Engenheiro João Carlos Cascaes.

Provando que um trabalho sério e competente, traz excelentes resultados positivos à população do nosso Estado, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, vem realizando uma série de altíssimos investimentos na região do Litoral Paranaense, cuja meta básica é ampliar cada vez mais as condições de que todos os locais tenham energia elétrica.

Esse trabalho realizado em toda a extensão das cidades de Guaratuba, Morretes, Guaraqueçaba, Paranaguá, Matinhos e Antonina, possibilitará a cada uma delas, no decorrer dos tempos, de receberem projetos de industrialização de qualquer nível.

Assim, solicitamos que seja enviado ao Ilustríssimo Senhor Doutor João Carlos Cascaes, Mui Digno Presidente da COPEL, e extensivo a toda a Diretoria, e funcionários, um expediente parabenizando-os pelas reformulações que estão realizando no litoral paranaense, no sistema de eletrificação.

REQUERIMENTO N° 4302

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelo morador da Rua Hortência n° 427, no Jardim Boa Vista I, quanto a reparos para serem executados num poste em frente a este endereço, pois o mesmo está com defeito na fotocélula e não acende a lâmpada. Já foi feito o pedido diretamente à Prefeitura, porém o problema não foi solucionado.

Pede que sua solicitação seja atendida, pois à noite o local fica às escuras, causando muito medo e apreensão a todos

que por ali trafegam e residem.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4303

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores das proximidades do Colégio Estadual Mirasinha Braga, localizado à Rua João Guilherme Guimarães, no bairro Bom Retiro, quanto a instalação de um telefone público em frente do mesmo.

Afirmam que um telefone público será muito útil aos alunos no colégio, bem como para toda a população.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4304

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do ônibus alimentador da linha São Jorge, do Município de Almirante Tamandaré, quanto ao horário do mesmo.

Eles solicitam que o ônibus passe de meia em meia hora nos pontos, pelo menos nos horários de pico, pela manhã e pela tarde, e que, de preferência, passe um no horário das 6 horas da manhã, para que os trabalhadores que iniciam seu serviço às 7 horas, não cheguem atrasados nos locais de trabalho.

Pedem também os usuários que haja uma melhor organização no Terminal de Almirante Tamandaré, pois está totalmente desorganizado, causando uma série de transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4305

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender a pedido feito pelos usuários do ônibus Pinhais, e que residem na Vila Irene, no Município de Pinhais.

Eles alegam que o ônibus Integral Var-

gem Grande passa próximo à Rua América do Norte, mas não vem atendendo a contento os usuários e que seria necessário a implantação de mais linhas para solucionar o problema. Antigamente, antes da implantação da linha integrar, o sistema funcionava com mais eficiência, pois havia até 5 linhas do transporte coletivo que ofereciam mais opções aos usuários, e não ocorriam os transtornos que existem hoje, como atraso nos horários, ônibus lotados e nenhuma outra linha de opção de transporte para o terminal.

Pedem que o problema seja solucionado o mais breve possível, devido a deficiência do transporte coletivo estar causando muitos problemas a toda a população.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4306

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de colocar saibro na Rua 7 Casa 20, localizada em Almirante Tamandaré. Ocorre que a máquina passou nessa rua e com as constantes chuvas formou-se muita lama, ficando intransitável.

Pede-se urgência no atendimento, uma vez que vários transtornos estão sendo causados a todos os moradores do local.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de executar limpeza nas valetas da Rua Guilherme Weiss, nas proximidades do n° 957, no bairro do Tarumã. O pedido foi feito pelos moradores dessa rua, alegando que as valetas estão cheias de lixo, tocos de madeira e latas que foram trazidos com as chuvas.

Pedem urgência no atendimento, procurando-se evitar o entupimento do esgoto e a procriação de animais nocivos à saúde.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4309

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Paranaguá, no sentido de

atender o pedido feito pelos proprietário de casas no Balneário Jardim Canadá, na praia de Leste, quanto a colocação de lâmpadas nos postes da rua Lorde Dorchester.

A solicitação está sendo feita em virtude dessa rua ficar às escuras à noite causando muito medo e apreensão a todo que possuem casas no local.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Afonso Júnior, Secretário de Esporte e Turismo, solicitando a liberação de recursos financeiros para obras de cobertura de uma quadra de esportes no Município de Quinta do Sol.

Tal solicitação prende-se ao fato de ser necessário adequar estrutura para sediar os Jogos Escolares Regionais a serem realizados em 1994, no Município de Quinta do Sol.

Que essa Secretaria de Estado, avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública Dr. José Moacir Favetti, solicitando uma viatura policial, para o Município de Araruna.

O município possui aproximadamente 12.500 habitantes, dois distritos e vários bairros. Observamos que existe apenas uma viatura, VOLKS 86, que é insuficiente para atender todo território do município, motivo pelo qual é necessário uma permanente na sede para eventuais atendimentos à população.

Neste sentido, que essa Secretaria avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente do TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A

Dr. Paulo Roberto Cordeiro, solicitando a instalação de um P.S. (Posto de Serviços) na localidade de Rio dos Cochos Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Nizan Pereira Almeida, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 50 (cinquenta) módulos sanitários no Município de Quinta do Sol.

Tal solicitação visa atender as pessoas de baixa renda da periferia da cidade.

Que essa Secretaria de Estado avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4292

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

- I - Procede a informação veiculada na imprensa, de ocorrência de um princípio de incêndio nas dependências do Palácio Iguaçu, em data de 02.11.93?
- II - Qual o local da ocorrência, horário e provável causa do incêndio?
- III - Qual a atividade específica desenvolvida no setor em que ocorreu o incêndio?
- IV - Quais os funcionários que se encontravam nas dependências no momento da ocorrência?
- V - Quais os documentos que foram destruídos pelo incêndio? São passíveis de recuperação?
- VI - Quais as providências adotadas para investigação da ocorrência?

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A ocorrência de um incêndio nas dependências da sede do Poder Executivo, com a destruição de documentos - segundo notícias publicadas pela imprensa - merece a atenção deste Poder. É necessário, entretanto, para avaliação do fato e de suas consequências, o conhecimento às informações solicitadas no presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 4293

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado ao Sr. Governador do Estado do Paraná o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

- I - Qual a razão para o Sr. Governador haver determinado, conforme publicações na imprensa, o rastreamento dos prêmios lotéricos pagos no Estado do Paraná, nos últimos anos?
- II - Quem realizou tal rastreamento?
- III - Solicitamos enviar cópia do relatório final do rastreamento, detalhando nomes dos ganhadores, endereços, valores, datas e fundamento legal para divulgação dos dados.
- IV - Quais as irregularidades apontadas pelo Sr. Governador?
- V - Quais as providências tomadas para investigação dessas possíveis irregularidades e o fundamento legal para elas?
- VI - Qual foi a arrecadação do Serviço de Loterias do Paraná - SERLOPAR, nos últimos três anos e qual o montante de prêmios pagos?
- VII - Qual o custo da administração do SERLOPAR?
 - a) Qual o número de funcionários do SERLOPAR, nomes, salários, funções e modo de ingresso no serviço público?
- VIII - De acordo com o artigo 175 da Constituição Estadual, enviar o relatório detalhado da aplicação dos recursos do SERLOPAR nos últimos três anos. Especificar:
 - Programas de assistência social beneficiados com os recursos, municípios, datas e valores dos repasses, bem como nome de entidades assistidas e critérios para definição das destinações.
 - Programas de esporte amador apoiados, órgãos ou entidades que os desenvolvem, nome dos atletas beneficiados, modalidades esportivas, municípios de origem, datas e valores dos repasses e critérios para destinações.
 - Conforme divulgado através da imprensa, quais as Secretarias de Estado que têm recebido recursos provenientes da arrecadação da Loteria do Paraná, datas, valores repassados e programas financiados com tais recursos?
- IX - Por que o SERLOPAR não adota o mesmo procedimento da Caixa Econômica Federal de publicação constante de balancete financeiro?
- X - Qual o pronunciamento do Poder Executivo diante das afirmações do

Conselheiro João Feder, do Tribunal de Contas do Paraná, no sentido de que o SERLOPAR vem apontando resultados financeiros negativos e que, somente no ano de 1991, teve um prejuízo financeiro operacional de CR\$ 141 milhões?

XI - Qual o andamento da auditoria que a Ouvidoria Geral do Estado vem realizando sobre as atividades do SERLOPAR?

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

As declarações do Conselheiro João Feder, do Tribunal de Contas do Paraná, no sentido de que o Serviço de Loterias do Paraná, SERLOPAR, estaria apontando resultados financeiros operacionais negativos chamam a atenção pelo simples fato que loteria nenhuma no mundo pode dar prejuízos. Essas declarações do Conselheiro do TC surgem ao mesmo tempo em que o país inteiro se estarrece com as denúncias de que um deputado federal, somente num ano, conseguiu ganhar duzentos prêmios através das loterias da Caixa Econômica Federal.

Através da imprensa temos conhecimento de que o Senhor Governador do Estado (matérias anexas) determinou o rastreamento dos prêmios lotéricos pagos no Paraná, nos últimos três anos, e afirma haver irregularidades também no nosso Estado.

Entendendo que o fato é, realmente, merecedor da mais ampla investigação e apuração de irregularidades, o Poder Legislativo do Paraná não pode deixar, neste momento, de utilizar suas prerrogativas fiscalizadoras.

A ação da Assembléia Legislativa, no entanto, deve estender-se além da análise das denúncias do Governador do Estado do Paraná, alcançando também as atividades do Serviço de Loterias Estadual. Afinal, as denúncias partidas do Tribunal de Contas do Estado, são da maior gravidade.

Por esta razão, visando instrumentalizar o exercício das atividades constitucionais deste Poder, e que requeremos ao Governador do Estado as informações constantes do presente pedido, imprescindíveis para uma intervenção séria e responsável no caso, tendo em vista a moralidade e a transparência na administração pública estadual e, ainda, a defesa dos interesses da população paranaense.

REQUERIMENTO N° 4294

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio ao Secretário de Estado da Agricultura do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

I - Quais as dimensões do novo pavilhão de exposições recentemente construído pela Secretaria de Agricultura do Paraná no Parque do Cangüiri (especificações para o material empregado na obra. Quantidade e qualidade, remetendo o memorial descritivo da obra)?

II - Qual o custo final da obra, receita utilizada para pagamento, a forma deste e os prazos, bem como a modalidade de contratação (se administração direta ou licitação)?

III - Qual o pronunciamento do Sr. Secretário da Agricultura sobre as reclamações dos usuários expositores e denúncias de superfaturamento nas obras do pavilhão veiculadas pela imprensa local?

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Indústria & Comércio, de 25.10.93. p. B.2, Caderno Político, veicula denúncia de superfaturamento em obra de responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura, nota inclusa. Tem esta Casa interesse e o dever de conhecer e averiguar tal denúncia. Para tanto as informações requeridas através do presente tem caráter imprescindível.

REQUERIMENTO N° 4295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia do artigo "Daqui pra frente, um novo país", de autoria do arquiteto e ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner, publicado no caderno 1-3 da Folha de São Paulo, no dia 07 de novembro de 1.993.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 641/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica assegurado aos ocupantes de cargo em comissão - não servidores de cargo de carreira técnica ou profissional - da Administração Direta e das Autarquias do Governo do Estado do Paraná, o direito à contagem recíproca para fins de aposentadoria - nos termos do artigo 202 § 2° da Constituição Federal do período em que contribuíram para o Regime de Previdência Social, instituído pela Lei n° 10219/92 alterada pela Lei n° 10.464/93, com a alíquota de 10% da base de contri-

buição prevista no artigo 46 da Lei nº 10.219/92.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, será fornecida a necessária certidão pelo Órgão competente de cada Poder e Autarquia.

Art. 3º - O artigo 24, inciso I da Lei nº 10.219/92, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 24 - São segurados obrigatórios do Regime de Previdência Social estabelecido por esta Lei:

I - Na qualidade de ativos, os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública direta e autárquica de todos os Poderes, os serventuários da justiça remunerados pelos cofres públicos e os ocupantes de cargos em comissão."

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

O Direito Administrativo Brasileiro ao tratar de todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal definiu-os como agentes administrativos.

Segundo os ensinamentos do grande mestre administrativista Hely Lopes Meirelles "Agente Administrativo" são todos aqueles que se vinculam ao Estado ou às suas entidades autárquicas e fundacionais por relações profissionais, sujeitos à hierarquia funcional e ao regime jurídico único da entidade estatal a que servem.

São investidas a título de emprego e com retribuição pecuniária, em regra por nomeação e excepcionalmente, por contrato de trabalho ou credenciamento.

A categoria dos agentes administrativos constitui a imensa massa dos prestadores de serviço à Administração Direta e Indireta do Estado nas seguintes modalidades pela Constituição de 1988: a) servidores públicos concursados (art. 37, II), b) servidores públicos exercentes de cargo em comissão ou função de confiança, sem concurso escolhidos preferencialmente, entre "servidores ocupantes de cargo em carreira técnica ou profissional" (art. 37, V); c) servidores temporários contratados "por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público" (art. 37, IX).

A Lei nº 10.219 de 21 de dezembro de 1992 que dispôs sobre a Previdência Social aos Servidores Públicos Estaduais, criou o Fundo de Previdência do Estado e adotou outras providências, no seu artigo 1º determinou que o "Estado do Paraná promoverá

Curitiba, segunda, em 08.11.93

a previdência social de seus Servidores e respectivos dependentes, mediante contribuição que assegure meios indispensáveis para a manutenção dos benefícios previdenciários.

No artigo 2º, essa mesma lei, discriminou que a "previdência social do servidor estadual, abrange

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez permanente
- b) aposentadoria compulsória
- c) aposentadoria voluntária
- d) aposentadoria por tempo de serviço

II - Quanto aos dependentes:

- a) pensão por morte
- b) auxílio reclusão".

Ao tratar dos beneficiários da previdência social estatuída, a Lei nº 10.219 no artigo 24 e incisos emunhou os segurados obrigatórios determinando no artigo 25 não ser admissível o segurado em caráter facultativo.

"Art. 24 - São segurados obrigatórios do Regime de Previdência Social estabelecida por esta lei:

I - Na qualidade de ativos os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública estadual direta ou autarquia de todos os Poderes, os serventuários da justiça remunerados pelos cofres públicos e os ocupantes de cargo em comissão quando servidores públicos;

II - na qualidade de inativos todos os aposentados civis do Estado regidos pelo Estatuto do Servidor Público Estadual, os militares reformados ou na reserva remunerado e os integrantes de carreira com legislação específica;

III - na qualidade de pensionistas, o conjunto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, observado o disposto no art. 18."

"Art. 25 - Não será admitido segurado em caráter facultativo, observado o disposto no artigo 66, parágrafo único".

Na Seção III ao tratar das inscrições determinam a Lei nº 10.219/92 no seu artigo 28 que o segurado será inscrito obrigatoriamente como beneficiário", e que a contribuição dos segurados (art. 49) é de 10% da base de contribuição prevista no artigo 46 (art. 46-II) para o segurado ativo é "o valor bruto da remuneração recebida no decorrer do mês, exceto o salário família e indenizações; descontada compulsoriamente pelos setores encarregados do pagamento do pessoal e recolhida ao Fundo de Previdência do Estado até o 5º dia útil subsequente ao mês de competência (art. 50).

A Lei nº 10.464/93 de 05.10.93 que al-

terou a Lei nº 10.219/92 extinguindo o Fundão, não alterou o quadro acima narrado, uma vez que manteve os mesmos benefícios previstos, os mesmos percentuais descontados e aos mesmos beneficiários inscritos obrigatoriamente.

A nós, em especial nesta explanação feita, interessa a situação dos servidores públicos exercentes de cargo em comissão ou função de confiança, sem concurso, e que não ocupem cargo de carreira técnica ou profissional; uma vez que esses servidores, pela natureza dos seus cargos (que só admitem provimento em caráter provisório e desempenho sempre precário) não adquirem direito à continuidade na função ou tampouco à aposentadoria; mas que foram compulsoriamente inscritos como beneficiários do Sistema de Previdência Estadual instituído pelas Leis mencionadas e estão, mensalmente, contribuindo para o mesmo com o percentual de 10% sobre o valor bruto da remuneração recebida no decorrer do mês, exceto o salário família e indenizações.

Assim, não pode o Estado locupletar-se indevidamente em detrimento de tais servidores.

Os direitos destes precisam ser preservados.

A Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 202 § 2º e a Constituição do Estado do Paraná no seu artigo 35 § 5, são unânimes em garantir:

"Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios, estabelecidos, em Lei".

Todos os órgãos da Administração Direta e das Autarquias do Governo do Estado do Paraná, com exceção da Assembleia Legislativa, vêm descontando dos funcionários comissionados 10% de contribuição ao Regime de Previdência do Estado. Tal desconto se faz necessário uma vez que, conforme dados estatísticos fornecido pela Diretoria de Previdência do IPE é grande o número de ações em que o Estado do Paraná é condenado a pagar a pensão aos familiares de comissionados do Governo, que não contribuíram para o Regime Previdenciário e que morreram durante o exercício de suas funções.

Assim, a aprovação do presente projeto de lei é a única forma de preservar os direitos desses servidores, de seus dependentes e do próprio Estado!

É a justificativa!

PROJETO DE LEI Nº 642/93
A Assembleia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grande Oriente do Estado do Paraná, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Esta instituição que é essencialmente iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista tem por finalidade o engrandecimento moral, educacional, intelectual e social da humanidade, lutando pela liberdade que é um direito fundamental do ser humano.

Portanto, a atividade maçônica sempre desenvolveu e exerceu atuação vinculada aos princípios cívicos filantrópicos colaborando com o desenvolvimento e evolução do homem para a prática e o exercício da cidadania e sendo assim merece fluir das prerrogativas legais decorrentes da declaração de Utilidade Pública da entidade.

PROJETO DE LEI Nº 643/93

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Recuperação de Alcoólatra-ARA, com sede e foro no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.93

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Criada em 1985, a Associação de Recuperação de Alcoólatra-ARA, é uma associação civil, com caráter estritamente benéfico e com a finalidade de ajudar na recuperação do alcoólatra.

Esta Associação oferece psicoterapia de grupo a pessoas que sofrem do vício do alcoolismo, organizando e mantendo um departamento assistencial para a recuperação de seus assistidos, proporcionando-lhes readaptação junto a suas famílias e à sociedade.

Tem realmente esta entidade, exercido um papel de suma importância dentro da comunidade do Município de Pitanga.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de aprovar a medida proposta.

PROJETO DE LEI Nº 644/93
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam, no Estado do Paraná, excluídos do benefício do Sigilo Bancário, as seguintes autoridades:

- I - Deputados Estaduais;
- II - Governador e vice-Governador;
- III - Secretários de Estado;
- IV - Presidentes e Diretores da Administração Direta e Indireta do Estado;
- V - Dirigentes de Partidos;
- VI - Presidentes e Diretores de Autarquias Estaduais;

Parágrafo Único - A aplicação do disposto neste artigo, dar-se-á concorrentemente com a Lei Federal nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, bem como suas alterações.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Carlos Simões, Heinz Herwig, Dalton Machuca, Ovídio Constantino, Ademar Traiano, Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, João Preis, Plauto Miró Guimarães, Colombino Grassano, Paulo Maia, Mário Bezerra, Basílio Zanusso, Rossoni e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

As razões apontadas demonstram preliminarmente a necessidade de o Estado do Paraná - através de suas autoridades constituídas - adaptar-se as mudanças previstas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que como conteúdo básico, estabelece as condições essenciais do sigilo bancário e seus aperfeiçoamentos à realidade brasileira de momento.

Outro tópico abordado no citado diploma legal, estabelece as generalidades do processo econômico financeiro, com cerca de 30 mudanças através de Leis, Decretos-Leis, Decretos Legislativos, onde periodicamente foram realizadas mudanças, adaptando-as, sempre aos sistemas operacionais bancários.

O Paraná vive um momento diferenciado, através do próprio mote publicitário criado pelo Governo Estadual que diz: "Aqui o Brasil está dando certo", e com essa iniciativa, daremos um exemplo à Nação Brasileira.

É óbvio, que, aqueles que detêm cargos públicos, cuja preocupação realmente é servir ao Estado, não irão pôr óbices à sua tramitação.

É da tradição do direito comercial que as operações negociais realizadas por empresários ou comerciantes estejam resguardadas pelo sigilo, o qual só pode ser levantado por ordem judicial e no interesse

de uma investigação específica, fundamentando-se na necessidade de os agentes econômicos poderem planejar e executar livremente as respectivas estratégias empresariais, não ficando sujeitos a expedientes desleais por parte dos concorrentes.

O instituto do sigilo bancário, que na origem tinha endereço certo e limitado, justificável pelos fins a que se destinava, transformou-se em instrumento para acobertar todo tipo de fraude e transação ilícita, não importando a condição pessoal do agente.

Em relação aos que atuam no setor público, por razões óbvias, tal privilégio não deveria existir.

Aos homens públicos, há de se exigir absoluta e irrestrita transparência pois, em virtude de uma decisão individual, decidiram dedicar suas vidas à defesa do interesse comum. Qualquer desvio de comportamento ou infidelidade para com a causa pública há de ser severamente punido, inclusive com a perda do cargo e a proibição de exercer qualquer outro pelo tempo que a lei determinar.

Aos que se propõem representar a coletividade, gerir seus interesses, administrar seus destinos, há de exigir uma conduta ilibada, escorreita e rigorosamente fiel às expectativas da cidadania. É inadmissível que pessoas investidas de tais "munus" possam pretender ocultar seus haveres, bens e transações sob o manto do sigilo, como se simples mercadorias fossem.

As razões apontadas nesta justificação evidenciam os motivos pelos quais as autoridades citadas não podem permanecer ao regime comum aplicável a empresários e particulares em geral.

PROJETO DE LEI Nº 645/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado, autorizado a doar ao Município de Cafezal do Sul, a área de terras de 9.216,00 metros quadrados, referente à quadra 07 (sete), composta pelas datas nº 01 a 18, subdivisão dos lotes nº 06 a 08, 15 a 17, 21 a 24, 30 a 32 a 35, gleba nº 03, Núcleo São João, situados na sede de Cafezal do Sul, pertencentes ao Governo do Estado do Paraná, com as seguintes confrontações:

NORTE: confrontando-se com a PR-323, numa extensão de 56,00 metros, ainda com a rua Chile, numa extensão de 76,00 metros;

LESTE: confrontando-se com a rua Rio Grande do Norte, numa extensão de 90,00 metros;

SUL: confrontando-se com a Rua Argentina, numa extensão de 120,00 metros;

OESTE: confrontando-se com a rua Rio de Janeiro, numa extensão de 54,00 metros.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A colonizadora Cafezal Ltda, empresa comercial fez a doação do referido imóvel ao Governo do Estado, em 11 de novembro de 1965, termo este lavrado nas Notas da Tabelião Maria Aparecida Frazetto, no então distrito de Cafezal.

O destino do terreno era para a construção do Grupo Escolar, uma vez que não havia escolas próximas àquela comunidade. E assim se procedeu e o Estado construiu e manteve o educandário até esses dias.

O distrito se transformou em município e o grupo se transformou em Escola Estadual Souza Naves, e hoje pelo processo de municipalização da educação, por decreto legislativo, passou a ser denominada Escola Municipalizada Souza Naves, ensino de 1º Grau, cuja entidade mantenedora agora é o município.

Portanto, o que se pretende é que o terreno pertencente ao Estado seja convertido por esse Projeto em propriedade do Município, nada mais justo.

PROJETO DE LEI Nº 646/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada "Rodovia Floriano da Rocha Walter" o trecho que liga o perímetro urbano do Município de Luiziana ao trevo de acesso ao referido Município, na PR-487 (Rodovia Campo Mourão/Iretama).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Floriano da Rocha Walter sempre foi reconhecido por sua capacidade de líder e conselheiro do Município de Luiziana, bem como de todos aqueles que tiveram privilégio de privar da sua amizade e de seu conhecimento.

Nascido em Campo Mourão, mudou-se para Guarapuava, aos sete anos de idade, onde estudou durante três anos apenas, devido à sua extrema dedicação ao trabalho no campo, forjada desde a mais tenra infância, onde aprendeu a amar a terra e dela tirar seu sustento.

Foi proprietário da Fazenda Santa Rosa

- Campo Mourão, por exatos 55 anos, nos quais deu verdadeiras lições aos seus filhos, transmitindo-lhes a sua intimidade com a lavoura e a pecuária.

Transferiu residência para Luiziana quando esse município ainda figurava no cenário estadual como distrito. Lá adquiriu a Fazenda Albertina, hoje, Fazenda Primavera.

Sempre à disposição das pessoas que o procuravam, Floriano da Rocha Walter e sua esposa residiram na Avenida Liberdade, em Luiziana, até o fim das suas vidas. Deixaram o convívio terreno quando Luiziana, município recém-criado, engatinhava rumo à sua verdadeira independência político-administrativa.

BIOGRAFIA:

Floriano da Rocha Walter, nasceu em 13.08.1911 e faleceu em 20.11.88; filho de Jorge Walter e Júlia da Rocha Walter; natural de Campo Mourão; casado com Antonia Tavares Walter, nascida em 02.12.1917, e falecida em 10.11.88.

No período de 1961 a 1974, o Senhor Floriano da Rocha Walter exerceu ainda a função de Delegado de Polícia em Luiziana.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Senhor Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa vai apreciar no dia de hoje, o Projeto de Lei 339/93 referente à Mensagem Governamental - 39/93. Projeto polêmico cuja discussão na Comissão de Constituição e Justiça foi das mais intensas e que está a merecer, por parte, desta Casa, também a atenção que se deve dar a projetos que envolvem - despesas, e, acima de tudo, projeto que fere profundamente a Constituição do Estado do Paraná.

Na C.C.J. apresentei o meu parecer vazado nos seguintes termos (LE):

"PROJETO DE LEI Nº 339/93

Autor: Poder Executivo.

Trata-se de Mensagem do Poder Executivo que 'propõe a criação de 150 cargos em comissão', com a denominação de "Assistente de Segurança Pública", simbologia 9-C, com lotação no Departamento da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública.

Determina o provimento dos cargos na forma do disposto no parágrafo único, da Lei nº 7880, de 20 de julho de 1984 e na justificativa de motivos expõe que 'tais cargos servirão para o desempenho de atividades policiais em municípios cujas delegacias ou unidades policiais, em razão de sua classificação estrutural', eventualmente não contém ou não possam contar com a participação de Delegados de Carrei-

ra.

A criação dos 150 cargos acima referidos da maneira proposta é, data vênha, não só ilegal como também inconstitucional, senão vejamos:

A Lei nº 7880, de 20/07/84, foi editada à ocasião em completo desacordo com as normas legais que davam estrutura à Polícia do Estado.

Tanto isso é verdadeiro que no corpo da malsinada lei se estabelecia que:

'Os cargos de que trata este artigo serão providos exclusivamente para o exercício da função prevista no § 3º, do artigo 97, do Decreto nº 4.884, de 24 de abril de 1978,....'

Ocorre que quando da edição da Lei 7.880, sancionada pelo Gov. José Richa em 20 de julho de 1984, não mais tinha força o Decreto nº 4.884 e, mais do que isso, era inexistente pois em vigor a Lei Complementar nº 14, de 27 de maio de 1982 (Diário Oficial Estadual, nº 1299, de 27/05/82) que o revogara quando dispôs sobre o Estatuto da Polícia Civil do Paraná.

Vê-se daí que a própria Lei nº 7.880 votada irregularmente por esta Assembléia editada ao arrepio da Lei, não poderia legislar ordinariamente sobre a matéria contida em Lei Complementar, tendo-se em conta o princípio da hierarquia das Leis.

A autoridade maior da forma jurídica válida à época, era a Constituição Estadual de 1967 com suas 14 Emendas que es-tribavam-se na Carta Magna Federal de 1946 e seus atos complementares.

Ocorre que com o advento da Constituição do Estado do Paraná recentemente promulgada, no artigo 47, inserido em capítulo que trata da segurança pública, assim está disposto:

'Art. 47 - A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, preferencialmente da classe mais elevada da carreira, é instituição permanente e essencial à função de Segurança Pública, com incumbência de exercer as funções de polícia judiciária e as apurações das infrações penais, exceto as militares.

§ 1º - A função policial civil fundamenta-se na hierarquia e disciplina.

§ 2º - O Conselho da Polícia Civil é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais civis.

§ 3º - Os cargos policiais civis serão providos mediante concurso público de provas e títulos observado o disposto na legislação específica.'"

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - (Faz soar os tímpanos). (Ê-lhe tirado o som).

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Usarei o ~~tribuna~~ ^{tribuna} do Partido Liberal.

"Ora, se para provimento de cargos de carreira é necessário voltar-se à Lei específica (Lei Complementar nº 14 e suas alterações) como prover-se funcionários para os cargos em comissão que sequer existem na Lei?

Se existe legislação específica - e existe - como prover-se fora dela?

Ora o dispositivo impugnado em que se arriba a Lei - ou seja o Decreto nº 4.884/82, editado quando era Governador o ilustre paranaense Jayme Canet - revogado por expressa disposição da Lei Complementar nº 14, subtrai à Administração a faculdade de examinar a sua regularidade.

A Lei Complementar nº 14, e suas alterações dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Paraná e estabelece que é ela a 'unidade de execução programática da Secretaria de Estado da Segurança Pública'.

Em seu art. 8º estabelece quais servidores públicos são 'autoridades policiais' e inclui os suplentes de Delegados" e mais adiante quais os que são 'agentes das autoridades policiais' onde inclui inclusive os 'Inspetores de Quarteirão'.

Vê-se daí que o Projeto de Lei em exame conflita com a Lei Complementar acima e não se amolda com nenhum dispositivo legal a regular a matéria. Não existe a função de Assistente de Segurança, que poderia até ser criada mas modificando-se a Lei Complementar já referida.

Pretendendo conferir a 'Servidores Comissionados' o exercício de cargo reservado a Servidor de Carreira, viola o princípio do art. 37/II da Constituição da República porque subverte o princípio do concurso público para provimento de cargos e empregos públicos dessa natureza.

Só para argumentar, pois envolve o mérito da matéria, teríamos que considerar que se em vigor - e não está - a Lei 7880, de 20/07/84, o Departamento da Polícia Civil ficaria com 328 (trezentos e vinte e oito) Assistentes de Segurança Pública Substituindo Delegados de Carreira.

O Poder Executivo em sua justificativa refere-se a 'praxe' existente (sic).

Datíssima máxima vênha, 'tal praxe' não pode se sobrepor à Lei.

Nosso Parecer é pela INCONSTITUCIONALIDADE da proposição em exame.

Sala das Comissões em 08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator"

Houve por bem ou por mal o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça em rejeitar o meu Parecer, tendo o Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça designar novo relator.

O novo relator designado pelo Presi-

dente da Comissão de Constituição e Justiça exarou o seguinte Parecer, de autoria do ilustre Deputado, Nelson Garcia (Lê):

"COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 399/93

MENSAGEM N° 039/93

AUTOR: Poder Executivo

P A R E C E R:

O presente Projeto de iniciativa do Governo do Estado, visa criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 (cento e cinquenta) cargos em Comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública com simbologia 9-C.

Analisando sob os ângulos a que esta Comissão chamada a opinar, não encontramos obstáculos que a impeçam de ser apreciada pelo Douto Plenário desta Casa de Leis, emitindo portanto, parecer favorável a sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Assinaturas ilegíveis"

Este Parecer foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Não teve o Senhor Relator a coragem, porque lhe faltava argumento, a coragem de dizer que a Mensagem Governamental era constitucional. Apenas transferiu a responsabilidade da sua aprovação ou da sua rejeição a este Plenário, que é a quem cabe decidir sobre esta matéria.

Estamos votando nesta tarde, uma matéria que não poderia ter sido aprovada no Governo José Richa, porque baseava-se no decreto em pleno regime militar, de autoria do Exmo. Senhor Governador Jayme Canet. Legisla o Executivo em lei ordinária, quando teria que se ater à Lei Complementar n° 69, como fez o ilustre Deputado Anibal Khury, que alterando a Lei Complementar n° 69 deu nova denominação a algumas funções, naquela Lei Complementar.

Portanto, estamos diante de um Decreto, de apreciação do Decreto 4.884, que não mais existe, da Lei 7.888, que não mais tem vigência.

Portanto, estamos analisando uma Lei Ordinária que deveria ser objeto de lei complementar.

Para concluir, Senhor Presidente, é grande a responsabilidade da Assembléia Legislativa. Fica, portanto, para consideração dos Senhores Deputados o Parecer que emitimos e que foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça, por considerá-lo totalmente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada nós acompanhamos uma discussão que envolveu o Conselheiro do Tribunal de Contas, João Fêder, e o Diretor de Loterias do Estado do Paraná, Sr. Nassib Jabur. A matéria divulgada na imprensa dava conta de que registrava-se um prejuízo na Loteria do Estado do Paraná, que prontamente, foi contestada pelo Diretor de Loterias, Sr. Nassib Jabur. Logo em seguida, talvez com a intenção de querer acomodar essa situação, talvez com intenção de querer abafar um pouco o escândalo de uma loteria que dá prejuízo, o Senhor Governador, aproveitando o embalo do que está acontecendo no Congresso, sai na imprensa a nível nacional denegando nomes de pessoas, relacionando alguns proprietários de casas lotéricas, acusando-os de homens que fazem a lavagem do dinheiro para terem, evidentemente, esconder os seus lucros.

Ele nominou algumas pessoas num ato de total irresponsabilidade, porque não respeitou o sigilo que existia na questão da divulgação de nomes de pessoas que são sorteadas, não os Joões Alves da vida, mas os ganhadores de prêmios de loterias.

O que é mais grave, Srs. Deputados nomeou por duas vezes uma pessoa que ganhou um prêmio. E agora essa pessoa pode até, com base no artigo de imprensa, nas palavras do Governador, requerer até o outro prêmio que ele não recebeu.

O que nós vemos, na verdade, uma declaração, parece-me, muito mais dirigida pelo Governador do Estado a determinadas pessoas, do que propriamente um levantamento sério, um levantamento cuidadoso feito junto à loteria. Por exemplo, eu tenho aqui em mãos uma relação completa dos ganhadores de prêmios da loto do Estado do Paraná desde janeiro de 1990 até agosto de 1993.

Nós podemos aqui constatar que aqueles nomes colocados pelo Governador em matéria de Jornal Folha de São Paulo se for fazer lavagem de dinheiro com os prêmios irrisórios que ganharam seria brincadeira pelo valor desses prêmios.

Agora, sabemos nós que grande parte das casas lotéricas trocam esses prêmios que são ganhos por aqueles compradores de preferência naquela casa. Isto é normal. Falo isso com conhecimento de causa, porque o meu primeiro emprego foi numa casa vendadora de loterias.

Então, eu cansava de pagar no balcão os prêmios menores, os prêmios pequenos e, depois, o proprietário do Galicho Lotérico - que funcionava na Barão do Rio Branco, embaixo do Clube Curitibano - ia à Caixa Econômica e resgatava aqueles prêmios que ele pagava. É uma coisa normal.

que ocorre dentro das casas lotéricas.

Mas não estou aqui fazendo defesa de ninguém, de nenhum proprietário de casa lotérica, mas estou indignado pela forma como o Governador quis aparecer na rasteira de uma CPI da Corrupção que ocorre no Congresso Nacional, querendo, com isso, acobertar um outro problema que existe e que envolve a própria Loteria do Estado do Paraná.

Ora, temos aqui nessa relação ganhadores de um prêmio de um bilhão de cruzeiros e esse nome não consta naqueles nomes citados pelo Governador, no entanto, ele fez citar nomes de pessoas que ganharam ou que trocaram esses bilhetes premiados, proprietários de lotéricas, com prêmios de dois milhões, de quatro milhões de cinco milhões. Se somarmos todos esses prêmios que um dos nomes citados aqui ganhou e ele fosse fazer lavagem de dinheiro, ele teria, quem sabe, até prejuízo com relação a isso.

Então, a minha indignação pela irresponsabilidade do Governo do Estado, ao citar nessa matéria nomes, quebrando o sigilo da loteria, que não pode, por uma medida de segurança, citar nomes.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - O tempo de Vossa Excelência encontra-se esgotado. A partir de agora, Vossa Excelência passar a falar no Horário da Liderança do PDT com a anuência do Deputado Paulo Maia.

O SR. ALGACI TÚLIO - Já na seqüência dou o aparte ao Deputado Paulo Maia.

Então vejam os Senhores, que eu dizia então aqui, que não respeitou-se na questão da segurança, imagine aqui o cidadão que ganhou em 1990, um bilhão de cruzeiros na loteria e se o seu nome de repente é citado na imprensa, é divulgado, qual é a segurança que esse cidadão tem, de que forma ele vai garantir o sossego da sua família.

Então, por esta razão, por esta irresponsabilidade do governador é que eu estou entrando hoje com pedido de informações a SERLOPAR, querendo saber, por exemplo (Lê):

- I - Qual a razão para o Senhor Governador haver determinado, conforme publicações na imprensa, o detalhamento dos prêmios lotéricos pagos no Estado do Paraná, nos últimos anos?
- II - Quem realizou tal rastreamento?
- III - Solicitamos enviar cópia do relatório final do rastreamento, detalhando nomes dos ganhadores, endereços, valores, datas e fundamento legal para divulgação dos dados.
- IV - Quais as irregularidades apontadas

pelo Senhor Governador?

- V - Quais as providências tomadas para investigação dessas possíveis irregularidades e o fundamento legal para elas?
- VI - Qual foi a arrecadação do Serviço de Loterias do Paraná - SERLOPAR, nos últimos três anos e qual o montante de prêmios pagos?
- VII - Qual o custo da administração ao SERLOPAR?
 - a) Qual o número de funcionários do SERLOPAR: nomes, salários, funções e modo de ingresso no serviço público?
- VIII - De acordo com o artigo 175 da Constituição Estadual, enviar o relatório detalhado da aplicação dos recursos do SERLOPAR, nos últimos três anos. Especificar:
 - Programas de assistência social beneficiados com os recursos, municípios, datas e valores dos repasses, bem como nome de entidades assistidas e critérios para definição das destinações.
 - Programas de esporte amador apoiados, programa ou entidades que os desenvolvem, nome dos atletas beneficiados, modalidades esportivas, municípios de origem, datas e valores dos repasses e critérios para destinação.
 - Conforme divulgação através da imprensa, quais as Secretarias de Estado que têm recebido recursos provenientes da arrecadação da Loteria do Paraná: datas, valores repassados e programas financiados com tais recursos?
- IX - Por que o SERLOPAR não adota o mesmo procedimento da Caixa Econômica Federal, de publicação constante do Balancete Financeiro?
- X - Qual o pronunciamento do Poder Executivo diante das afirmações do Conselheiro João Feder, do Tribunal de Contas do Paraná, no sentido de que o SERLOPAR vem apontando resultados financeiros negativos e que, somente no ano de 1991, teve um prejuízo financeiro operacional de CR\$ 141 milhões?"

Por outro lado, também estou dando entrada hoje aqui, de um requerimento de convocação, já que não temos vagas mais para CPIs até que algumas CPIs laranjas que foram apresentadas aqui nesta Casa, que pelo menos se instalem, porque nem instaladas foram ainda, oficializem-se, porque nem oficializadas foram ainda e não podemos pedir uma CPI da questão das loterias.

Estou convocando o Presidente da Loterias do Paraná, Sr. Nassib Jabur, o Ouvi-

dor Geral do Estado, Sr. Olivir Gabardo, que tendo recebido denúncias de problemas na SERLOPAR não tomou as providências e está indo agora no embalo das denúncias feitas pela imprensa e também feitas pelo Tribunal de Contas, convoco ao mesmo tempo o Conselheiro João Feder do Tribunal de Contas do Paraná e o Presidente do Sindicato dos Lotéricos.

Queremos que essas quatro pessoas numa audiência pública ou numa das comissões, Comissão de Finanças aqui da Casa possam esclarecer com relação a essas acusações e qual é a verdade que existe na Loteria do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Agradeço aparte de Vossa Excelência e me somo neste momento a esta preocupação que Vossa Excelência também alerta, porque neste sentido também nós, apesar de pertencermos a mesma banca, não combinamos este trabalho que estamos fazendo a serviço do Paraná, no momento em que a autoridade maior deste Estado acusa os lotéricos e acusa a sua loteria de que há fraudes e que há lavagem de dinheiro, nada mais correto e responsabilidade desta Casa do que requerer essas informações.

Também estou com requerimento a ser aprovado nesta Casa, e tenho certeza que assim como o Requerimento de Vossa Excelência o nosso também há de ser aprovado, requerendo-se ao Serviço de Loterias do Paraná, respostas a essas questões que também estamos levantando em relação a "Raspinha" e a "LOTOPAR", porque neste momento não se tem como passar ao apostador dessas loterias no Paraná, qualquer segurança.

Queremos saber a respeito das impressões, a respeito da questão da garantia dos sigilos, a respeito da garantia de que os lotes quando saem dos serviços de loterias, da impressão, eles já não saem com as caixas carimbadas dizendo quais são as premiadas. Já que o Governador levanta essa suspeita, estamos cumprindo com a função de legislador na Casa.

Então, neste mesmo sentido e quase que com, eu creio que os nossos ofícios se complementam no pedido de informações, para que o povo do Paraná saiba da verdade e que o próprio Governador venha a público denunciar. Tenho certeza que a Casa há de aprovar os nossos Requerimentos e desta forma mostrar que a Assembléia Legislativa do Paraná procura fazer o seu trabalho de legislador e fiscalizador dos atos do Poder Executivo, como das entidades a ele vinculadas.

Então, a nossa preocupação nesse instante também se prende quando Vossa Excelência cita também a convocação do Ouvi-

dor Estadual, nós também estamos requerendo informações à Ouvidoria para saber dos trabalhos ali realizados até hoje; e este é um dos casos que com certeza deverá ser citado pela Ouvidoria nos esclarecimentos que há necessidade de se ter o povo do Paraná. Não vimos nenhum pronunciamento até esta altura, da Ouvidoria do Estado em relação a este caso que é muito grave; e os lotéricos, no final de semana, diziam que, em cima das denúncias feitas pelo Governador, as vendas de loterias no Paraná caíram significativamente.

Então, estamos fazendo aí um pedido de informação semelhante ao de Vossa Excelência, no intuito do cumprimento e do dever que estamos designados, e fomos eleitos para isso.

Esperamos que a Casa aprove isso, para que a tranquilidade volte aos Serviços de Loterias e para que se saiba a verdade, se o Governador está denunciando - com certeza ele deve estar sabendo de que há pilantragem dentro das loterias do Paraná.

Por isso, não estamos fazendo pré-julgamento, porque o julgamento já foi feito pelo Governador Roberto Requião quando a imprensa divulgou de que há lavagem no Serviço de Loterias do Paraná.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e me somo a essa preocupação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Paulo Maia.

Para concluir Sr. Presidente.

Também estou dando entrada hoje, em um pedido de informações a respeito do entrevero que ocorreu em uma das salas do Palácio Iguazu na semana passada. Aliás, com relação ao entrevero recebo hoje a resposta do pedido de informações.

Mas, entro hoje com um pedido de informações com relação a um princípio de incêndio verificado numa das dependências do Palácio Iguazu. Não falta acontecer mais nada: já aconteceram brigas, cadeiras quebradas, janelas quebradas, cortinas rasgadas, e agora mais um incêndio um tanto quanto curioso que acabou consumindo alguns documentos, alguns papéis.

E queremos também que o Governo do Estado nos informe que tipo de papéis, que documentos foram esses queimados por ocasião do incêndio que ocorreu no Palácio Iguazu. Vamos saber o que é que sobrou deste rescaldo devido ao incêndio verificado nas dependências do Palácio Iguazu.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Horário do Pequeno Expediente, convidamos o Sr. Deputado, já inscrito, Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Sra. Deputada Emilia Belinatti.

Gostaria de transmitir aos Srs. Deputados numa reunião que aconteceu na cidade de Santa Helena na última sexta-feira. A reunião teve por objetivo principal a questão da reforma da Constituição no que tange ao ICMS gerado pelas Usinas Hidrelétricas do nosso País. São trezentos e quarenta e oito (348) Municípios que tiveram suas áreas alagadas com a construção de hidrelétricas no Brasil. Na cidade de Santa Helena se fizeram representar municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e do Paraná. Infelizmente, a legislação vigente hoje em nosso País, que regulamenta a distribuição deste ICMS, está bastante vazia; existe um vácuo na mesma, mesmo porque até 1988 não se cobrava o ICMS sobre a energia elétrica, que só foi cobrada e introduzida em nosso País com a nova Constituição.

Por esta razão, que a lei que regulamenta, seja a Lei Complementar Federal 63, ou sejam as leis estaduais, que regulamentam também esta distribuição do ICMS no que diz respeito ao fato gerador, à saída da mercadoria, o local do estabelecimento destas hidrelétricas.

Por esta razão, gostaríamos de mais uma vez lembrar aqui, na Assembléia Legislativa, a injustiça que se comete não só no Paraná, mas em grande parte nos estados da nossa Federação, quando se atribui o ICMS única e exclusivamente aos municípios aonde se localiza a barragem das hidrelétricas.

Fizemos um levantamento, no último mês de outubro, do ICMS distribuído aos principais municípios do nosso Estado. Gostaria de, neste momento, transmitir para os Senhores e que ficasse registrado nos anais desta Assembléia.

No mês de outubro o município que mais arrecadou ICMS no Paraná foi Curitiba, que arrecadou 727 milhões e 100 mil cruzeiros reais. O Município de Londrina, 150 milhões de cruzeiros reais; Maringá: 118; Ponta Grossa: 111; Cascavel: 70 e Guarapuava: 60.

Mas o que representam estes números para nós, Deputados? Porque às vezes não conseguimos entender o que representam 727 milhões de cruzeiros reais para Curitiba; o que representam 149 milhões, 968 mil cruzeiros reais para o Município de Londrina. Vamos supor e vamos apresentar, mais uma vez, para os Srs. Deputados, o que representa isto em receita "per capita" em cada município.

O Município de Curitiba, no mês de outubro, teve uma receita "per capita" de ICMS, de 553 cruzeiros reais. Londrina: 384 cruzeiros reais. Maringá: 492,93 cru-

zeiros reais. Ponta Grossa: 476 cruzeiros reais. Cascavel: 363,12 cruzeiros reais. Guarapuava: 425,56 cruzeiros reais. Foz do Iguaçu: 1.277,73 cruzeiros reais, quase três pontos acima de Curitiba. Esta a distribuição de renda? É esta a descentralização da administração? É esta a distribuição justa? É este o problema social em nosso Estado? É desta forma que queremos resolver o problema em cada município?

E vamos mais além: a Secretaria de Planejamento da Presidência da República fez, nos últimos meses, um levantamento em todos os municípios de nosso País sobre o número e uma estatística sobre a fome apresentada pela Secretaria de Planejamento e Controle da Presidência da República, e podemos apresentar para os Senhores, os seguintes números:

- Qual é o número de indigentes existentes nos Municípios de Foz do Iguaçu?
- Qual é o percentual de indigentes existente nos Municípios de Guaíra, Santa Helena e assim por diante?

Somando os 14 municípios ao lado de Itaipu, Guaíra, Terra Roxa, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios, Marechal Cândido Rondon, São José das Palmeiras, Santa Helena, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu. Esses Municípios todos somam uma média de 29,9% da sua população indigente, conforme o levantamento feito pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Agora, trago outro número para essa Assembléia.

Quando fomos derrotados aqui, com o Projeto de Lei nº 410, que visava a distribuição de ICMS para todos os municípios que tivessem áreas alagadas, o principal objetivo e argumento usado para o Município de Foz do Iguaçu, foi que o Município de Foz do Iguaçu tinha herdado todos os problemas sociais do seu município e tinha dentro do município, a grande preocupação, dizendo que existiam indigentes, que lá, tinha problema social, apenas 14,3% da sua população indigente, enquanto que nos outros municípios, somam 30% da população indigente. É assim que queremos fazer justiça? É dessa forma?

Espero que todos os 348 municípios tenham uma grande esperança que, na revisão da Constituição, venhamos a corrigir esse erro, que a Assembléia Legislativa, no dia 29 de abril cometeu também com todos os municípios do Estado do Paraná. Devemos corrigir. Somos Deputados do Paraná. Não somos Deputados do PMDB, nem do PFL, nem do PT e nem do PDT. Pertencemos a uma sigla partidária, mas não podemos nos curvar diante do prefeito de um determinado partido. Não é isso o que o povo espera de nós.

Esperamos, num momento em que o Brasil e Brasília vivem num mar de lama, que realmente o Brasil se passe a limpo e que se acabe com a corrupção e que os seus responsáveis sejam punidos, mas que nós venhamos a fazer também a justiça social com a nossa sociedade e também com os nossos municípios.

Ora, todos somos municipalistas, mas para que sejamos municipalistas de direito e de fato, efetivamente devemos conscientizar sim, os Deputados Federais e os Senadores, para que na revisão da Constituição, atribua-se não somente aos municípios-sede das hidrelétricas, a parcela do ICMS, mas sim a todos os municípios.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni- Deputado Élio Rusch, o Senhor citou muito bem quando falou de quando votamos aquele projeto de distribuição de ICMS das usinas que geram energia aqui no Estado do Paraná.

É bom que hoje, quando V.Exa. faz este pronunciamento, que os Senhores Deputados que votaram naquela oportunidade, contra o nosso projeto, e que não teve nesta Casa, nenhuma manifestação sequer de quem votou contra, para justificar porque votaram contra. Foi realmente uma das tardes negras da nossa Casa, e se cometeu uma das maiores injustiças do Brasil, porque nos outros Estados o funcionamento é diferente, enquanto aqui nós só protegemos a Cidade de Foz do Iguaçu, e enquanto isso, deixamos o resto dos municípios que tiveram as suas áreas inundadas, desprotegidas.

É incrível, no entendimento que temos, e que todos esses municípios foram inundados, todos estes Municípios deram suas áreas produtivas para gerar energia. Gerando energia, gerou ICM para o Estado, que teria que ser distribuída também para os municípios.

O que aconteceu aqui no Paraná é que parece que quem tem água, só é Foz do Iguaçu. O restante dos municípios nada deram para a contribuição destas usinas. Então, está aí um caso para ser repensado. Acredito muito que mais tarde poderemos rever este caso.

Estamos estudando a reapresentação deste Projeto o quanto antes possível, para que possamos restabelecer, realmente, o que se deve a todos estes Municípios.

Concordo com V.Exa.. Estou de plantão em cima deste caso. E tenho certeza absoluta de que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná errou uma vez, mas não vai errar duas de forma nenhuma.

Muito obrigado.

O SR. ÉLIO RUSCH - Agradeço a participação

do Deputado Valdir Rossoni.

E queria dizer à Assembléia Legislativa que a questão do ICMS, principalmente com relação à Itaipu, temos três formas de reverter: ou no Supremo, o d entrar com recurso e ganhar definitivamente; na revisão da Constituição; e também temos ainda a alternativa, aqui na Assembléia Legislativa - onde esperamos que os Srs. Deputados, quando da reapresentação do Projeto, se assim necessário for - que venhamos a fazer justiça com o Estado do Paraná, e principalmente com os municípios que tiveram áreas alagadas.

Queria dizer mais, Sr. Presidente, para concluir, que na reunião de Santa Helena foi escolhido e oficializado e aprovado o Estatuto da UME, que seria a União dos Municípios Energéticos do Brasil, e o Presidente desta entidade foi escolhido o Prefeito da Cidade de Barretos, no Estado de São Paulo. Teremos a próxima reunião no dia 04, no Estado do Espírito Santo, aonde todos os Municípios haverão de participar de novo, para conscientizar definitivamente os nossos Deputados Federais - como já disse - e os Senadores, para que venhamos a fazer justiça na revisão da Constituição.

Agora, gostaria de fazer chegar às mãos de cada Deputado aqui presente e à Mesa da Assembléia e à imprensa, um gráfico que fizemos do mês de novembro e dezembro do ano passado, da arrecadação de cada Município, dos principais Municípios do nosso Estado em relação ao ICMS e também a receita "per capita". E também um levantamento do mês de setembro e outubro dos números que já apresentamos aos Senhores. Que cada um leve estes gráficos, analise, e diante destes gráficos venhamos definitivamente a nos conscientizar da necessidade da reversão deste quadro, não só no nosso Estado, mas no Brasil inteiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Horário das Lideranças e nem no Grande Expediente, passamos de imediato à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Depu-

tado Lourenço Fregonese, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, justificando a ausência nas sessões do dia 08 e 09 de novembro do corrente ano do Sr. Deputado Doutor Rosinha, devido a viagem a Brasília, no Encontro de Parlamentares com Projeto em Saúde Mental. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur, Paulo Maia, Erondy Silvério e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o adiamento para o dia 25 de novembro do corrente ano, do prazo final para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, que finda originariamente na presente data. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 399/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 399/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/93, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 cargos em comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública e Simbologia 9-C. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. CONTRÁRIO da C.S.P.. (Publ. no D.A. nº 110, de 16.08.93 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 399/93

P A R E C E R:

O presente projeto, de iniciativa do Governo do Estado, visa criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 (cento e cinquenta) cargos em Comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública com simbologia 9-C.

Analisando sob os ângulos a que esta

Curitiba, segunda, em 08.11.93

Comissão chamada a opinar, não encontramos obstáculos que a impeçam de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis, emitindo portanto, parecer favorável a sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 399/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 039/93, o presente Plano de Lei objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 cargos em comissão, com a denominação de "Assistente de Segurança Pública" e simbologia 9-C.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental, recebendo desta, parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 399/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 039/93, o Projeto de Lei nº 399/93 objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão, com a denominação de "Assistente de Segurança Pública" e simbologia 9-C.

É, reconhecidamente, matéria de interesse desta Comissão e, usando da prerrogativa que me é conferida pelo parágrafo único do art. 42 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, avoco a sua relatoria.

A Comissão de Segurança Pública entendeu como correto consultar, previamente, sobre a proposição duas entidades diretamente interessadas no assunto; Associação dos Delegados de Polícia do Paraná, ADEPOL, e Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/PR.

Consta da justificativa do Senhor Governador do Estado para apresentação do Projeto de Lei em epígrafe;

"A proposição ora submetida a apreciação dessa Casa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade (...) eis que, esses novos

cargos em comissão, somados a outros da mesma natureza já existentes, virão ensinar condições no sentido de que a Polícia Civil seja dotada de indispensáveis recursos humanos, com o que se possibilitará seu pleno desempenho em municípios cujas delegacias ou unidades policiais civis não contem ou não possam contar com a participação de Delegados de carreira (...).

A respeito disto, pronunciou-se o conselheiro Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro, no seu parecer e voto no Conselho Pleno da OAB, processo nº 7.241-D:

"A exposição de motivos não mascara o objetivo do projeto: realça a existência de delegacias ou unidades policiais civis que "não contam ou possam contar com a participação de Delegados de carreira", reputando "indispensáveis recursos humanos" os cargos a preencher. É, assim, necessidade permanente, que não deve nem pode ficar à provisoriedade do cargo em comissão".

Se hoje temos a figura do assistente de segurança pública exercendo 119 cargos com atribuições de delegados, foi em virtude primeiro, do Decreto nº 4.884/78, que estabeleceu os contornos com relação a possibilidade de pessoas leigas e estranhas à instituição ocuparem as delegacias e exercerem as funções de delegados de polícia (art. 97, § 3º). E, segundo, pela aprovação da Lei nº 7.889/84, que criou 178 (cento e setenta e oito) cargos de Assistente de Segurança Pública, para o exercício das funções previstas naquela norma.

Já no quadro de Delegados de Carreira existe, atualmente, 420 cargos previstos, dos quais 297 estão ocupados. Portanto, como alerta a Associação dos Delegados de Polícia do Paraná - ADEPOL, na resposta a consulta formulada por esta Comissão, "se aprovado o presente anteprojeto, havendo nomeação, tendo em vista a aproximação das eleições, o número de Delegados calça curta será superior ao número de Delegados de Carreira." Estará criada a figura anômala do acessório que se sobrepõe ao principal.

Não bastasse isso, ainda somos alertados de que existe também a figura do Suplente de Delegado que, sem qualquer remuneração, exerce as funções de Delegado (art. 8º, III, Lei Complementar nº 14/82) e atualmente são em número de 101.

A Constituição de 1988 institucionalizou a Polícia Civil (art. 144, IV) como incumbida, ressalvada a competência da União, do desempenho das funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Para compreensão da inteireza desse princípio elevado à condição de cânone constitucional, vejamos o que diz o Doutor

Abraão Kfoury Filho - Delegado de Polícia e Professor da Academia de Polícia do Estado de São Paulo - na sua obra: "A Polícia à Luz do Direito": "...constituindo atividade de polícia judiciária função essencial a Justiça Criminal, não há como deixar de exigir-se do Delegado de Polícia o título de Bacharel em Direito".

Em expediente análogo assim se pronunciou a Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer nº 60/93, aprovado em 23 de março de 1993, da lavra do eminente Procurador Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho: "(...) de acordo com o art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declaradas em lei de livre nomeação e exoneração. No mesmo sentido preceitua a Constituição Estadual de 1989, no seu Art. 27, incisos I e II".

Recorramos, pois, novamente ao Parecer do Conselheiro da OAB, Dr. Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro, sobre a matéria em análise: "de fato, indispensável é a presença de autoridade policial, seja esta o Delegado de carreira e não a condenável figura do comissionado (um mero amigo do poder, sempre e sempre, conta a história deste e de outros Estado da Federação). No plano político-institucional, assim falha o projeto. Pior, entretanto, é a constatação de que o projeto mostra indisfarçável inconstitucionalidade. O § 3º do art. 47 da Constituição do Estado do Paraná dispõe que os cargos policiais civis serão providos mediante concurso público de provas e títulos, observado o disposto na legislação específica. Afronta esse texto, como óbvio, a pretensão de criar-se cargo de provimento em comissão para hipótese em que expressamente previu-se integrante de carreira, nomeado após concurso regular".

Não descuidemos também dos caminhos que modernamente vem sendo definidos para as organizações policiais civis. O Projeto de lei que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, já encaminhado ao Congresso Nacional, em sintonia com a Lei Maior, ao tratar do ingresso fixa que:

"Art. 23 - São requisitos básicos para ingresso na Carreira Policial Civil:

- I - Ser brasileiro;
- II - Ter, no mínimo, dezoito anos de idade;
- III - Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- IV - Não registrar antecedentes criminais;
- V - Ter procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável;
- IV - Possuir temperamento adequado ao exercício da função policial;

VII - Ter habilitação específica para a categoria a que concorrer:

a) Curso de Direito, para Delegado de Polícia Civil".

Merece destaque, ainda, o anteprojeto da reforma do Código de Processo Penal, que no título II - Da Polícia Judiciária, assim dispõe:

"Art. 4º - A Polícia Judiciária, exercida por autoridades policiais, tem por finalidade a apuração de fato que configure infração penal e sua autoria, por meio de:

Parágrafo Único - Ao Delegado de Polícia de carreira incumbem as atribuições definidas neste artigo".

Concluo, pois:

CONSIDERANDO a institucionalização da carreira de Delegado de Polícia e o que dispõe o artigo 37, inciso II, da C.F. e o inciso II do artigo 27 da C.E., que proíbem a nomeação de leigos para o exercício da função de Delegado de Polícia, bem como as nomeações de qualquer outro funcionário da instituição;

CONSIDERANDO que, sob a égide da Constituição Federal e Estadual, a Lei 7889/84 não foi recepcionada e o projeto de lei em análise é inconstitucional;

CONSIDERANDO o parecer anexo, do Dr. Luiz Gilmar da Silva, Diretor Jurídico da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná, que manifestou contrariedade à criação de novos cargos de Assistentes de Segurança Pública, bem como à nomeação de pessoas leigas para exercerem a função de Delegado de Polícia;

CONSIDERANDO a lição de José Alfredo de Oliveira Baracho (in Teoria da Constituição, ed. Resenha Universitária, p.54): "a interpretação dos dispositivos constitucionais requer por parte do intérprete ou aplicador, particular sensibilidade que permite captar a essência, penetrar na profundidade e compreender a orientação das disposições fundamentais."

CONSIDERANDO que o Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, em reunião realizada em 08 de outubro corrente, decidiu pugnar pela rejeição do projeto em voto do Conselheiro Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro, anexo ao presente;

CONSIDERANDO que é função deste Poder fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, consoante dispõe o art. 54, XXXVIII da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO que não constitui elemento de uma política de segurança pública séria a nomeação de leigos e despreparados, sem qualquer exigência de formação específica, para o exercício das elevadas funções de Delegado de Polícia;

CONSIDERANDO que não só o texto lite-

ral da Constituição do Estado do Paraná como a sua essência, em face da Carta como um todo, levam à inegável conclusão de que criar e preencher cargo em comissão para atividade constitucionalmente atribuída a funcionários de carreira é praticar ato inconstitucional invencível;

CONSIDERANDO que a Assembleia Legislativa não pode dar guarida a uma violenta retaliação dos princípios constitucionais, sob pena de o fazendo, ter apresentada contra uma Lei por si aprovada AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE;

Pronuncio-me pela rejeição do Projeto de Lei nº 399/93 por esta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 20.10.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Esta Assembleia passa a discutir um projeto de lei completamente inconstitucional, como já se reportou aqui anteriormente o Deputado Colombino Grassano.

Na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Assembleia, nós, assim que recebemos esse projeto de lei, procuramos nos acerrar de todas as informações possíveis, consultando, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, consultando a ADEPOL - Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, consultando outras entidades ligadas às classes policiais, para, em seguida, então, exarmos o nosso parecer.

Na condição de Presidente, nós avocamos para nós a condição desse relatório e o fizemos com muito cuidado, mas com muito cuidado mesmo, fazendo esse parecer, exatamente, em cima das posições colocadas pelas entidades às quais consultamos. Por exemplo, a Associação dos Delegados de Polícia do Paraná responde da seguinte maneira (Lê):

"Atendendo determinação do ilustre presidente Dr. Milton Rodbard e demais diretores da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná estabelecida na última reunião, do dia 06 de Outubro do corrente ano, com relação ao Anteprojeto de Lei nº 399/93 o Diretor Jurídico da entidade se pronuncia, como segue:

O aludido Anteprojeto de Lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, propõe a criação, junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, de 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão denominados

de Assistente de Segurança Pública (simbologia 9-C), os quais serão providos na forma do disposto no parágrafo único do Art. 1º, da Lei nº 7889/84.

O Anteprojeto foi encaminhado à Assembléia Legislativa na Mensagem nº 039/93 com a seguinte justificativa:

A proposição ora submetida à apreciação dessa Casa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, sendo indiscutivelmente oportuna e necessária eis que, esses novos cargos em comissão, somados a outros da mesma natureza já existentes, virão ensinar condições no sentido de que a Polícia Civil seja dotada de indispensáveis recursos humanos, com o que possibilitar-se-á seu pleno desempenho em municípios cujas delegacias ou unidades policiais civis não contem ou não possam contar com a participação de Delegados de carreira. Tal praxe, aliás, demonstra a certeza de bons resultados os quais, sem qualquer dúvida permitirão que as mais longínquas e isoladas localidades do Estado do Paraná tenham, permanentemente, o conveniente atendimento dos organismos oficiais."

Foi com a edição do Decreto nº 4.884/78 que se estabeleceu os contornos com relação à possibilidade de pessoas leigas, estranhas à instituição, ocuparem as delegacias e exercerem as funções de delegado de polícia conforme diz o art. 97, § 3º.

E aí discorre a Associação de Delegados de Polícia que dá inclusive, como Título, da Inconstitucionalidade da Polícia Judiciária, discorrendo que realmente o projeto é completamente inconstitucional. E, aliás, mereceu até um voto em separado do Deputado Colombino Grassano na C.C.J..

Gostaria então dizer que, na condição de Presidente, avocamos o direito de fazer a relatoria deste Projeto de Lei. E dizia - aliás, digo no meu Relatório: (Lê Parecer da Comissão de Segurança Pública, já lido anteriormente).

Concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Algaci, concordo com V.Exa.

Digno de aplauso o seu pronunciamento, mas me permita ir mais além - com todo respeito que tenho pelo Líder do PMDB, Deputado Renato Adur - mas falo aqui, não só como Deputado, falo como repórter policial, como carrapicho de polícia, porque dormi muitos anos da minha vida, como dormiu V.Exa. nos milhares de plantões de uma delegacia de polícia, que é palco de dramas e de comédias, e sei o que são os porões de uma delegacia de polícia, sei os dramas que passa um Delegado de Polícia no Paraná. Sei quanto lhe custa cursar uma

universidade, sei quanto lhe custa sair desta universidade e às vezes ele não consegue, na sua caminhada, colocar o seu escritório de advocacia na área criminal, na área da família. Então ele torce, sonha para que abra um concurso no governo do meu Estado ou em qualquer governo brasileiro, para que ele adentre lá - Deputados Paulo Maia, Algaci, Colombino, Senhores deste Parlamento - ele faz o concurso, passa e é um Delegado de Carreira, não Delegado Calça Curta.

Durante a minha vida, há mais de 25 anos como carrapicho de polícia no rádio no interior do Paraná, na televisão - como V.Exa. - quantas vezes eu já dei notícias de que Delegado Calça Curta - recentemente um do Oeste do Paraná - com mais de 200 processos na justiça prendia, violentava, assassinava os direitos constitucionais no Município de Santa Tereza do Oeste.

Acho que nós temos, eu que pertença - com V.Exa. - à Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - temos que abrir concurso para o Delegado de Carreira, o advogado prestar o concurso e assumir a sua delegacia no Estado do Paraná. Acho que o Governo tem que abrir concursos para Delegados Especializados, homens formados nas grandes universidades do meu Estado. Nós não podemos abrir um projeto - com todo respeito - não podemos votar um projeto que se cria descaradamente - a mim não engana - assistente de segurança, nunca vi isso, nunca vi essas coisas, entendeu.

Então, é mais fácil colocar aqui: vamos criar cargos para Delegados calça curta no Estado do Paraná. Ora, isso é uma afronta contra os Delegados de Carreira. Me permita dizer: ainda temos a melhor polícia do Paraná, o que falta nessa polícia - Deputado Algaci - é injetar no orçamento do Estado recursos para que eles trabalhem, que eles lutem, porque aqui no Paraná temos o "Grupo Tigre", temos a "Delegacia de Homicídios", temos a "Delegacia de Furtos e Roubos" e tantas outras Delegacias com Delegados de Carreira; temos a Polícia Militar, temos a Polícia Federal. Aqui bandido não se cria.

Então, permita esse meu desabafo. Não dá, temos que abrir concurso - Deputado Algaci Túlio - para Delegados de Carreira, não podemos lotar o Paraná de Delegados calça curta, é uma afronta contra a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Paraná; uma afronta para aquele que cursou uma Universidade, deu a sua vida numa universidade e hoje está dando a sua alma, o seu sangue para defender a segurança do meu Estado.

Então, por isso voto hoje, amanhã e sempre contra esse projeto de lei; e votarei, não com o senhor, votarei com os

grandes Delegados de Polícia do meu Estado, votarei com a verdadeira segurança do meu Paraná, o Paraná que eu sonho, o grande Paraná da verdade.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e Vossa Excelência veio trazer dados importantes, se somando nesta luta - como o nosso vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública - e de ter demonstrado toda a sua preocupação em relação a este assunto que conhecemos já de muitos e muitos anos na nossa experiência, na vida profissional: é a figura desgraçada do Delegado calça curta, é a figura do Inspetor de Quarteirão, é a figura do Auxiliar de Delegado, do Escrivão.

Se aprovado hoje esse projeto de lei, vai se abrir um precedente extraordinário.

Amanhã Sua Excelência, o Governador, - Deputado Alborghetti - manda para a Casa também uma Mensagem criando tantos cargos quanto necessita para preenchimento de cargos de Escrivão de Polícia, para Detetive, para Agente. Quer dizer, abre-se um precedente muito perigoso nesta Casa; e não podemos aceitar, porque acima de tudo é um projeto inconstitucional, e além do que volto a repicar aqui: se aprovado este projeto, teremos um número maior no Paraná de Delegados calça curtas do que Delegados formados como bacharéis, o que seria um fato profundamente lamentável.

Tem o aparte o Deputado Edson Silva Lino.

O Sr. Edson Silva Lino - Deputado Algaci Túlio, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento e acho que Vossa Excelência não deixa de ter razão. Bom seria que todos os Municípios do Paraná pudessem contar com Delegado de Carreira, com bacharel à frente das delegacias.

Mas é sabido por todos, pelos próprios delegados, por Vossa Excelência e os demais colegas de que nós temos 371 Municípios no Paraná e 148 Comarcas. A maioria das Comarcas não possui Delegados de Carreira, quanto mais os Municípios, e nós podemos citar aqui nos Campos Gerais, as delegacias de Reserva, de Ortigueira, de Grandes Rios - que na semana passada foi nomeado um Delegado, mas que já pedindo para sair, por razões até que, muitos dos Delegados - com todo respeito à classe, que tenho um respeito e uma consideração muito grande, são homens formados, preparados para tal - mas ocorre que não gostam de parar no interior, de ir para o interior, esta é a grande verdade; e que se as Comarcas, não conseguimos fazer com que todas sejam dotadas de Delegados de Carreira, como iremos colocar delegados nos 371 municípios que compõem nosso grande

Paraná? Deixando desta forma a nossa população fora da Justiça, sem nenhum acesso. Não é uma nomeação do delegado que o Governador propõe, de delegado calça curta".

O governador cria cargos em comissão que simplesmente são um repasse indireto aquele cidadão que já está prestando serviço lá no município. A figura do assistente de segurança já existe na prática, todos somos sabedores, só que quem paga é o Prefeito, mas tem que pagar ilegalmente, porque é proibido. O Tribunal de Contas proíbe que os prefeitos paguem os delegados, quer de carreira, que não precisam, porque já são remunerados pelo Estado, mas não podem nem sequer pagar um aluguel de casa para um delegado, não podem pagar estes delegados chamados de "calças curtas" que são os primeiros suplentes, ou o delegado nomeado, para atender aquela comunidade.

Vou dar um exemplo. Rosário do Ivaí tem um delegado que é assistente de segurança, mas nem por isto tem direito adquirido como delegado, porque é um suplente, está na função de delegado num cargo em comissão, não gera direito adquirido nenhum, simplesmente está cumprindo uma defasagem que o Estado não cumpriu e que poderia, como diz V.Exa., cumprir. Mas se não temos hoje delegados nas comarcas, são 148 comarcas e a maioria delas não possui delegados de carreira, como iremos dotar os municípios?

Portanto, gostaria de pedir a compreensão de todos os colegas Deputados, que mais uma vez votem junto com os prefeitos, fazendo com que passe estes cargos em comissão...

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado, seus argumentos e colocações entendo perfeitamente. V.Exa. não me convencerá. Eu lhe faço uma indagação, na sua cidade existe um hospital, mas não tem médico. No entanto, a medicina permite então de repente que um enfermeiro assuma a função do médico. V.Exa. colocaria alguma pessoa de sua família para ser atendido por este enfermeiro em lugar do médico?

Acredito que não.

O Sr. Edson Silva Lino - Respondo ao Deputado...

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaria de concluir, V.Exa. depois pode responder. Democraticamente lhe dei um aparte, V.Exa. está fazendo já um pronunciamento paralelo ao meu. V.Exa. depois ocupa a tribuna e conclui.

Parece que os Srs. Prefeitos, pela informação que traz o Deputado Lino, estão concordando com a criação dos delegados "calças curtas". Sabem os prefeitos, pela

experiência, o quanto já sofreram na carne por conviver com delegados "calças curtas". O que isto provoca de complicações!

Então diante de todos os fatos que coloquei aqui, quero concluir, Sr. Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

CONSIDERANDO a institucionalização da carreira de Delegado de Polícia e o que dispõe o artigo 37, inciso II, da C.F. e o inciso II do artigo 27 da C.E., que proíbem a nomeação de leigos para o exercício da função de delegado de Polícia, bem como as nomeações de qualquer outro funcionário da instituição;

CONSIDERANDO que, sob a égide da Constituição Federal e Estadual, a Lei 7889/84 não foi recepcionada e o projeto de lei em análise é inconstitucional;

CONSIDERANDO O Parecer anexo, do Dr. Luiz Gilmar da Silva, Diretor Jurídico da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná, que manifestou contrariedade à criação de novos cargos de Assistentes de Segurança Pública, bem como à nomeação de pessoas leigas para exercerem a função de Delegado de Polícia;

CONSIDERANDO a lição de José Alfredo de Oliveira Baracho (in Teoria da Constituição, ed. Resenha Universitária, p.54): "a interpretação dos dispositivos constitucionais requer por parte do intérprete ou aplicador, particular sensibilidade que permite captar a essência, penetrar na profundidade e compreender a orientação das disposições fundamentais."

CONSIDERANDO que o Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, em reunião realizada em 08 de outubro corrente, decidiu pugnar pela rejeição do projeto em voto do Conselheiro Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro, anexo ao presente;

CONSIDERANDO que é função deste Poder fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, consoante dispõe o art. 54, XXXVIII da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO que não constitui elemento de uma política de segurança pública séria a nomeação de leigos e despreparados, sem qualquer exigência de formação específica, para o exercício das elevadas funções de Delegado de Polícia;

CONSIDERANDO que não só o texto literal da Constituição do Estado do Paraná como a sua essência, em face da Carta como um todo, levam à inegável conclusão de que criar e preencher cargo em comissão para atividade constitucionalmente atribuída a funcionários de carreira é praticar ato inconstitucional invencível;

CONSIDERANDO que a Assembleia Legislativa não pode dar guarida a uma violenta

retaliação dos princípios constitucionais, sob pena de o fazendo, ter apresentada contra uma Lei por si aprovada AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.

Pronuncio-me pela rejeição do Projeto de Lei nº 399/93 por esta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 25.10.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

Por esta razão Sr. Presidente, deixo aqui o parecer da Comissão de Segurança Pública, que foi votado e aprovado por unanimidade, em reunião realizada na semana passada.

Fica aqui esta posição também particular deste parlamentar e tenho certeza que um bom número de parlamentares desta Casa, que se vierem porventura, votar favoráveis à criação desses cargos, tenho certeza que as suas consciências estão sendo traídas. Vão votar por um pedido que vem lá de cima. Vão votar por uma ordem que já está sendo dada pelo Líder da Bancada, para aprovação hoje em 1.ª discussão e amanhã, aprovarmos o recebimento de uma emenda.

Eu alerto mais uma vez: não se trata de aprovar hoje e aprovar a emenda amanhã. Vamos emendar o projeto totalmente inconstitucional! Vamos aprovar um projeto que abre um precedente terrível para que amanhã, não se abra mais nenhum concurso na esfera estadual, e se façam nomeações, nomeações e nomeações, exatamente no ano que vem aí o período eleitoral.

Esta é a nossa posição e, evidentemente, a gente espera que esta Casa analise com profundidade a inconstitucionalidade deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Está em votação a matéria.

O SR. EDSON LINO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, Srs. Delegados aqui presentes. Quero deixar claro que não é nada pessoal contra os Delegados, muito pelo contrário. Tenho profundo respeito e consideração e tenho certeza que o nosso país só sairá da crise através de pessoas competentes em cargos que exigem competência.

É claro que um Bacharel, à frente de uma Delegacia, irá realizar um trabalho dos melhores em prol da comunidade que precisa de segurança. Mas quando o Deputado Algaci, meu nobre colega, indagava e perguntava se na cidade onde eu moro, se no hospital, porventura viesse a faltar médicos, se eu levaria meu filho ou minha mulher lá para consultar com enfermeira. Depende das circunstâncias. Eu vivo lá há 30 anos e já fui obrigado a levar os meus filhos e a minha mãe não só em enfermeiros, mas até em curandeiras, não levar em

dentista profissional, mas sim num charlatão, porque não tinha o remédio na hora e a ocasião faz a necessidade, faz com que o cidadão tome devidas providências para resolver o problema nem que seja, de imediato.

É claro que o imediatismo nem sempre resolve os problemas e sei que nomeando os Delegados, não irá resolver os problemas.

Mas, o que eu quero deixar claro, que todos saibam, é que a figura do delegado "calça curta" já existe na pessoa do 1º suplente. Lá em Bom Sucesso, por exemplo, a sede da Comarca é Jandaia do Sul, o delegado é pago pelo Prefeito. Mas, o Prefeito tem que pagar do bolso, porque ele não pode pagar pela Prefeitura, porque o Tribunal de Contas não permite que ele faça tal despesa.

Portanto, acaba prejudicando os municípios com recursos que daria para comprar remédios e outras coisas, que ele acaba tendo que pagar.

Portanto, é necessário que este cargo de comissão, este cidadão que já está lá, que ele seja pago com este cargo de assistente de segurança, que é uma miséria de dinheiro que será repassado, mas que resolve o problema dele, já que se propõe àquela função árdua, difícil e uma função até suicida, "Kamikaze", porque pessoas despreparadas acabam assumindo um cargo de delegado e acabam saindo com um processo nas costas, como muitos e muitos amigos nossos, já colocados à frente de delegacias, onde assim acontece.

Somos sabedores de tudo isto. Somos homem interiorano. Conhecemos a vida do interior e sentimos as agruras dos municípios lá na base, quando lá a população cobra: "mas, aqui não tem um delegado!" Cobra na comarca, quando não tem um delegado. Cobra no distrito ou na sede do município. Pudera ter delegados de carreira em todas as sedes de comarca. Como eu disse, temos 148 comarcas, aproximadamente, e a maioria delas não têm delegado de carreira.

Não sei, eu não conheço o quadro de delegados, gostaria de conhecer. Vou procurar me informar a partir de amanhã, porque se existem mais de 148 delegados de carreira, Deputado Toti, quero pedir ao Governador que mande todos os 148 para ocupar todas as comarcas.

Tenho certeza, com todo respeito aos delegados, que a maioria deles voltarão, porque lá não encontram, às vezes, nenhuma residência à altura, não encontram lá condições melhores de vida para educar seus filhos e acabam voltando para os grandes centros, em cargos administrativos e deixando as comarcas sem delegado.

Portanto, não estamos nomeando, tem que deixar claro, Sr. Presidente. Não sou

Líder do Governo, não estou aqui defendendo o governador. Como disse o Deputado, de que nós estamos votando a mando do superior. Não! Eu estou votando segundo a minha consciência, como municipalista, como vereador e como prefeito que fui na Cidade de Grandes Rios e de Rosário do Ivaí, e sentindo ali a falta do delegado e a cobrança do povo. Quando falta uma viatura, como normalmente falta em quase todos os municípios, nós Deputados somos cobrados veementemente pela população. Quando falta um delegado, nem se fala! Só falta a população brigar conosco por esta razão.

Só para concluir, Sr. Presidente, o cargo em comissão, nós vamos tirar das costas do prefeito, que já está pagando. Se resolvesse o problema do concurso público para nomear delegados em todas as comarcas, com um toque de mágica, e pudesse dentro de 60, 90 ou quem sabe 6 meses, dotar todos os municípios de delegados de carreira, eu votaria contra esta matéria, hoje, porque quem não gostaria de ter em sua cidade, homens e mulheres competentes, como são aqueles que prestaram concurso para ser delegado e passaram no concurso? É que nós não vamos resolver os problemas. O problema vai arrastar e os municípios continuarão, lá, com dificuldade para pagar o delegado.

Portanto, quero aqui conclamar a todos aqueles que são municipalistas, para que votem pelo cargo em comissão. Não é para legalizar a situação e criar um delegado "calça curta", não. É simplesmente para pagar estes homens que já trabalham lá, nesta operação suicida, sem nenhuma capacidade de discernimento até, acabam saindo de lá com processos, como saiu o suplente de delegado da cidade, da Comarca de Grandes Rios.

Mas são homens corajosos, são os que se propõem, por falta de uma pessoa eficiente, responder pelas nossas pequenas comunidades e fazer com que ali prevaleçam a ordem e a justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação por dez minutos com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Primeiro devemos ressaltar a competência do parecer, rejeitado pela maioria da C.C.J. do Companheiro Colombino Grassano, que se espelhou, na verdade, naquilo que estabelece a lei em relação a essa proposição.

Temos que destacar também o trabalho brilhante com diversos pareceres da OAB, da Associação dos Delegados também a respeito dessa matéria.

Nós temos certeza de que neste momento nós temos que votar a verdade. Sabe-se da situação em que vivem os municípios do Paraná em termos de insegurança, porque o nosso problema hoje não é a segurança, é a segurança que vivem os nossos municípios.

Nós não podemos deixar de registrar alguns pontos, visto que o Deputado Algaci Túlio foi muito feliz na sua discussão.

Nós temos aqui o parecer do Doutor Jorge César de Assis, Comandante da Polícia Militar do 3º Batalhão no Sudoeste. Ele diz:

"A questão dos delegados leigos, ditos, "calças-curtas", está incorporada, com raízes profundas, na história do Paraná, em termos de segurança pública. Esta, com certeza, deve ser levada a sério pelos governantes deste Estado." E aí está colocada a posição, não está sendo levada a sério.

"... À guisa de esclarecimento, "calça-curta" é o cidadão que não pertencendo aos quadros da Polícia Civil, sem nenhuma formação técnica específica, acaba sendo nomeado delegado de polícia por influência política em desacordo com a Constituição e as leis".

Com certeza, os 150 cargos previstos não passarão pelos crivos desta Casa, mas passarão pelos comandos políticos das regiões.

Diz mais adiante o nobre capitão:

"O que mais choca entretanto, sem considerar as pessoas, pois estas serão sempre intocáveis, é o despreparo funcional dessas pessoas, muitas das quais com reduzida instrução escolar, sem condição nenhuma de entender os princípios basilares do processo penal, de gravar noções do que sejam "flagrante", "ordem judicial", "crime", "contravenção", "feitura de inquérito" e, o que é pior, sem condições de entender o que seja o Dever Jurídico de Agir, e as consequências da omissão.

Precariamente, a título de ajuda, solidariedade e mesmo desejo de não ver, como diria-se no jargão popular, "a peteca cair", a Polícia Militar supre deficiências da outra Corporação, colocando seus integrantes em funções estranhas como carcereiro, escrivão, motorista policial, etc., debilitando com isso a missão constitucional da PM e assumindo indiretamente, a culpa pelo mau funcionamento de um serviço que não lhe compete".

Além daqueles artigos citados constitucionalmente pelo Deputado Algaci Túlio e pelo parecer do Deputado Colombino Grassano, nós temos aqui que registrar o que estabelece a Lei Complementar nº 14, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Paraná.

Diz em seu Artigo 275:

"As Delegacias de Polícia instaladas

nas sedes de comarcas serão obrigatoriamente chefiadas por delegados de polícia de carreira..."

Se isto não está acontecendo, cabe a esta Casa proceder às investigações, porque isto está estabelecido em lei criada por esta Casa e sancionada pelo Governador do Estado.

Mais adiante, o parágrafo seguinte diz:

"Na inexistência do servidor policial civil é vedado o preenchimento de funções policiais por pessoal estranho ao quadro de pessoal da Polícia Civil, quem está dizendo isso, neste momento, não é o Capitão Jorge Cesar de Assis é a Lei Complementar que trata da questão da carreira de polícia no Estado do Paraná, mais adiante diz ressaltar que as nomeações dos ditos delegados leigos passa obrigatoriamente pela Secretaria de Estado de Segurança através da expedição de portarias, não é difícil prever e isto tem que ficar registrado nesta Casa, porque ela não deve ser conivente com as omissões da questão de segurança que é obrigação do Estado e diz o Capitão não é difícil prever as circunstâncias danosas da nomeação de leigos para o exercício de uma atividade técnica especializada por excelência. As nomeações de delegados leigos são sempre por influência política e baseadas em interesses que não serão por certo os da comunidade, basta questionar-se porque uma pessoa sem preparo técnico científico adequado assume uma função onde o conhecimento do direito é indispensável além da boa técnica policial sem ganhar nada ou quando muito uma gratificação irrisória paga pelo Estado ou pior paga indevidamente pelas prefeituras. E nós queremos aqui deixar registrado, como registramos o nosso voto na C.C.J., isto aqui respresenta hoje para o Estado do Paraná, o que dizíamos anteriormente, quando se cobrava do Conselho Curador, do Fundo de Previdência a sua inexistência, o seu desejo de acabar com o Fundo de Previdência, que os componentes daquele fundo queiram o empreguismo lá no Fundo de Previdência e hoje nós vamos repetir aqui o nosso voto registado na C.C.J.

O Governo do Estado do Paraná, a partir deste projeto de lei, institui o trem da alegria no serviço público do Estado e nós queremos deixar registrada a nossa posição.

Sabemos que todos os municípios do Paraná, sofrem o problema da insegurança, porque se não fossem as comunidades, criando os conselhos de segurança, dando combustível para os carros, para as viaturas das diferentes polícias, com certeza a situação estaria pior do que está e corroborando aqui com a posição do Capitão, ele diz mais adiante: sabemos das dificuldades

do efetivo da Polícia Civil no interior do Estado, porém uma possível lacuna de policiais civis de carreira não justifica o preenchimento dos claros por pessoas que infelizmente não foram preparadas para tal, quando se nomeia leigos para missão policial o absurdo não se encerra com a nomeação, são pessoas despreparadas, que passam a portar armas, sejam da instituição ou até mesmo arma sem registro, as frias, e além de portarem armas sairão pelas ruas dos municípios dirigindo viaturas policiais, sem o devido controle de fiscalização que bem sabemos só incorre nas instituições militares e este arrazoado que levanta o capitão deve ficar registrado nesta Casa para que amanhã não se cobre a omissão de todo esse Poder ou da Polícia como um todo, porque é uma pessoa de um tremendo conhecimento a nível do sistema de segurança neste Estado.

O doutor José Cesar de Assis é o Capitão Comandante da Terceira Companhia da Polícia Militar em Santo Antônio do Sudoeste, é bacharel em Direito, foi monitor da disciplina de Direito Penal na Faculdade de Direito de Curitiba, possui também um curso de Estagiários do Ministério Público, foi instrutor da Academia Policial Militar do Guatupê e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, autor dos livros, Lições de Direito para as atividades Policial Militar e Justiça Militar Estadual.

Isso aqui tem que ficar registrado na Casa a fim de que amanhã não se cobre desta Casa a omissão e a irresponsabilidade do que hoje acontece na maioria dos Municípios do Paraná a respeito do sistema de insegurança que assola o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Toti Colaço para encaminhar a votação.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, primeiramente eu gostaria de parabenizar o Deputado Edson Lino da sua maneira simples de colocar, através desta tribuna os problemas que nós, Deputados do Interior, vivemos no nosso dia-a-dia.

Eu não queria nesse instante, em hipótese alguma, denegrir a imagem dos nossos valerosos Delegados de Polícia do Estado do Paraná, dos quais inclusive aqui encontram-se muitos amigos meus. Eu citaria o Dr. Irã Israel que está aqui, Delegado de Polícia de Irati, e que vem prestando relevante serviço à nossa sociedade há muito tempo, a exemplo dele tantos outros que por lá passaram e por certo irão passar.

Mas é importante que se deixe registrado aqui as dificuldades que passam os

pequenos Municípios do Estado do Paraná.

Louvo o Parecer do Deputado Colombino Grassano por ocasião do seu voto em separado na CCJ desta Casa, louvo os demais pronunciamentos feitos aqui hoje da tribuna, Pareceres inclusive técnicos da Ordem de Advogados do Brasil, do Sindicato dos Delegados do Paraná, que técnica, jurídica e constitucionalmente estão corretos; mas há diferença entre uma grande cidade, uma grande Curitiba e uma longínqua Inácio Martins as diferenças são muito grandes, além da distância, as dificuldades que tem o Prefeito de manter um Delegado lá, pertence à Comarca de Irati, não existe cargos e não existe o delegado.

Tem outro detalhe também, são 44 Municípios criados recentemente por nós, aqui nesta Casa de Leis, nenhum desses Municípios criados foram sancionados pelo Governador Roberto Requião, foram promulgados pelo Presidente da Assembléia, e que hoje estão recebendo apoio do nosso Governador Precisam de uma figura, pelo menos que responda pelas delegacias de polícia.

O concurso seria o remédio melhor, seria o remédio em definitivo para poder evidentemente atender as pequenas comunidades interioranas. Se não houver o concurso, que não é da nossa competência, sobra para os Prefeitos atuais. Estão sendo nomeados os primeiros suplentes para responder pelas delegacias de polícia, já foi dito aqui pelo Edson, indevidamente até devam estar recebendo pelas Prefeituras Municipais. O Delegado de calça-curta, muito bem explanada a figura pelo eminente Parlamentar Professor Paulo Maia, eu queria aqui nesse instante, com o maior respeito a todos aqueles que tiveram oportunidade de frequentar um curso de direito, seguir uma carreira de juiz, de promotor ou de delegado mas nós não podemos denigrir a imagem daqueles cidadãos paranaenses, que sem formação nenhuma - técnica, mas que serviram o Paraná em termos de segurança pública que foram os delegados "calça curta" e que são até hoje, em muitas comarcas, delegados das comunidades, indicados pelos conselhos de segurança municipal, inclusive para que respondam pela segurança dos seus municípios.

Nós não podemos de forma alguma denegrir a imagem de um homem simples do interior respeitado pelas comunidades, que se não tem os conhecimentos jurídicos e técnicos, mas tem a responsabilidade, o respeito da comunidade, porque é um homem digno, honrado dentro do seio da sua pequena comunidade.

É preciso que também se deixe registrado aqui, nesta tarde, a figura do delegado "calça curta". Por mais que eu esteja neste instante afrontando a lei, ao arrepio da nossa Constituição, mas como homem

do Paraná, como representante do interior do nosso Estado é importante que se dê uma oportunidade criando esses 150 cargos. Talvez nem todos venham a ocupar o cargo de delegado, mas pelo menos será um remédio, um paliativo para amenizar as dificuldades que passam principalmente os municípios pequenos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vim, usei da palavra neste instante, inicialmente para poder, é claro, não concordar com as colocações feitas aos delegados de "calça curta" do interior do Paraná. Para se ter apenas uma idéia. Existe o delegado "calça curta", a figura de um delegado que durante mais de 27 anos ocupava, e tem a portaria da Secretaria de Segurança Pública no Município de Irati. Hoje não tem mais. É num distrito que dista 60 quilômetro do centro da cidade, distrito judiciário, e até hoje aquele cidadão de mais de 65 anos de idade é respeitado, é tratado como se delegado fosse de fato e de direito. E lá a polícia oficial não está indo buscar corpos, não está indo em busca de tráfico, não está indo em busca de roubo, não está indo lá em busca de assalto porque lá existe aquela figura até histórica, aonde o povo a respeita como se delegado fosse de verdade.

Meus prezados Pares, encerrando, quero dizer com todo respeito aos nossos eminentes delegados do Estado do Paraná. Conheço profundamente o vosso trabalho e os parabéns pelo sacrifício, pela luta, o Presidente do Sindicato, mas, neste instante, eu vou ficar com a aprovação, de pronto, desse projeto de lei do nosso Governador.

O Deputado Renato Adur, com certeza, tem algumas informações para que a gente possa discutir melhor numa segunda votação e, talvez até, haver entendimento com o Governador em exercício Mário Pereira e a gente possa, talvez, achar uma outra saída. Mas, neste primeiro momento, em favor do projeto criando os 150 cargos.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero apenas registrar nesta Casa que quando o Deputado Toti Colaço se refere ao meu pronunciamento dizendo que tentei denegrir a imagem dos delegados "calças curtas", acho que ele está faltando com a verdade, porque aqui eu apenas procurei citar o parecer do que estabelece a lei e de um Capitão da Polícia Militar. Respeito os que exercem hoje. E se alguém tentou desvirtuar ou colocar na minha boca palavras que eu não disse, foi o que tentou dizer o Deputado Toti Colaço.

Não é meu feitio denegrir a imagem do homem mais humilde que seja que presta serviço ao Paraná. Tenho certeza que os oradores que me antecederam também não

procuraram, em momento algum, denegrir a imagem dos delegados "calça curta", mas sim, mostrar o que estabelece a lei. E nós não podemos ser omissos, porque temos responsabilidade, como também não posso ser omissos com relação àquilo que disse um capitão de alto conhecimento da Polícia Militar do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Deputado Paulo Maia, com o devido respeito, talvez eu tivesse entendido de forma diferente. Porém, o que coloquei na tribuna, se porventura o ofendeu, peço desculpas; mas, na minha consciência eu não quis ofender. E, desta forma, não retiro absolutamente nada porque entendi de uma forma diferente e, segundo a minha consciência agi com o meu coração e com uma realidade que é a que vejo no interior do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar votação Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Confesso que venho para a tribuna preocupado. Primeiro porque, no nosso entendimento, o que está em discussão nesta sessão é a constitucionalidade ou não deste projeto de lei até porque a primeira votação de um projeto de lei, segundo o nosso Regimento, é para isto, é para votar a constitucionalidade ou não.

Estou convencido por inúmeras razões de que este projeto de lei é inconstitucionalíssimo.

Não vou repetir aqui as razões já citadas pelo Deputado Algaci Túlio e outros Deputados quando citaram aqui pareceres da Associação de Delegados de Polícia, citaram parecer da OAB, parecer inclusive do Procurador Geral do Estado dando conta de que o projeto era inconstitucional.

Segundo ouvi do Deputado Colombino Grassano aqui da tribuna o mesmo deu um parecer contrário ao projeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça, que tem a primeira e a maior finalidade e objetivo de ver a constitucionalidade ou não de um projeto de lei.

Embasou-se o Deputado Colombino Grassano com inúmeras argumentações, citando a inconstitucionalidade deste Projeto da Comissão que tem a função de analisar isto.

O que ocorreu?

Provavelmente, porque o rolo compressor funcionou naquela Comissão - e este funcionava no tempo em que fiz parte desta Comissão -, provavelmente aquele estilo

foi colocado em vigor nesta Sessão. Mas o que também me preocupa, e ainda mais, é o segundo parecer dado - já citado também pelo Deputado Colombino Grassano.

Com devidas desculpas ao Relator, no meu ponto de vista é ridículo este parecer se compararmos as entidades, os órgãos conhecedores deste problema, e até mais, se lermos a Constituição veríamos que este parecer deveria estar colocado desta forma. Quer dizer, o parecer embasado constitucionalmente que era contra, e passado este rolo compressor, e se faz o parecer? Sim, Senhor! Ao gosto de quem mandou o projeto para cá! Porque nem sequer - e já citou aqui o Deputado Colombino Grassano - diz se é constitucional ou não.

Nem se teve o cuidado de não citar a palavra inconstitucional ou constitucional no parecer.

Neste sentido é ridículo o parecer. E será ridículo votarmos, Deputado Renato Adur, hoje para retirarmos amanhã ou analisar o projeto amanhã quando hoje vamos votar a constitucionalidade.

Seria correto e coerente retirarmos hoje o projeto, e é isto o que peço ao Deputado Renato Adur, para depois discutirmos e avaliarmos se o projeto está correto ou errado, se há uma reconsideração do próprio Governador que encaminhou o projeto, para então votarmos a constitucionalidade do projeto. O que entendo que será muito ruim a Assembléia aprovar um projeto deste e depois ser taxada de incompetente porque não teve a condição e a capacidade de analisar um projeto inconstitucional desta forma, segundo nossa análise.

Diz inclusive, e aqui podemos até discutir o mérito, um dos pareceres do Dr. Amauri Azevedo de Moura Cordeiro sobre a matéria em análise: indispensável a presença da autoridade policial, seja esta o delegado de carreira e não a condenável figura do comissionado, e aí a frase seguinte a que me refiro: um mero amigo do Poder. Isto para mim é grave.

Não podemos generalizar que todos os delegados "calças curtas" são ruins, nem que são bons. Nem que todos os delegados de carreira são ruins, ou são bons. Quem vive no Interior deste Estado conhece esta realidade. E tenho exemplos concretos, poderia aqui citar nomes e fatos que denigrem a imagem da Polícia, provocados e praticados por delegados de carreira. Como também poderia citar fatos da mesma forma, que denigrem a imagem dos delegados despreparados, ou chamados de "calças curtas". E nem com isto estamos dizendo que todos são despreparados. Porque poderemos até dizer, posso até admitir que há delegados "calças curtas" que convivem com as comunidades no Interior, nas pequenas cidades, que têm condições, que têm conhe-

cimento da realidade, inclusive da realidade social, política, econômica e poderão desempenhar esta função até melhor do que um delegado de carreira, porque tem diploma. Ele está muito mais preparado tecnicamente. Mas, muitas vezes, observamos casos como o que foi citado aqui pelo Deputado Toti Colaço que falou bem, num ponto, discordo em outro. Quando o Deputado Toti que vota com o Projeto hoje, sendo um bacharel, discordo da posição do Deputado. Talvez eu poderia fazer isto sendo um leigo, que não conheço leis, mas quando votamos hoje a constitucionalidade, discordo de que hoje aprovemos este projeto.

Agora, há casos em que na realidade o delegado "calça curta" é um herói sim. Inclusive queria levantar a preocupação, não chamar a atenção, de que a Associação dos Delegados de Polícia se já não o fez, que o faça com responsabilidade e diria, é necessidade, por que não se faz o concurso para preencher estas vagas?

Quando o Deputado Edson Lino citava o caso que teve que recorrer a charlatões, ou a curandeiros, porque não tinha médico, a Deputada Emilia citava o contrário. E poderíamos dizer o contrário, porque recorrer aos charlatões, ou aos delegados "calças curtas" se tem condições de ter o delegado de carreira, ou se tem condições de ter o médico, ou o dentista?

E condição tem. É o Governador abrir os concursos e preencher as vagas. Tem condições? Vamos fazer isto. Está se fazendo concurso para preencher as vagas para Juizes e Promotores seguidamente. Por que não se faz para delegados de carreira?

Esta a questão. E aí queria dizer à Associação dos Delegados de Polícia. Há necessidade de trabalhar este ponto. Cobrar do Governo do Estado, do Secretário competente e também até uma conscientização aos prefeitos, para que se façam concursos para preenchimento de vagas. Porque não é de responsabilidade das prefeituras. Aí concordo com os Deputados que reclamam disto, de a Prefeitura arcar com estas despesas de segurança no Município que é do Estado. E quando não há delegado de carreira, acaba caindo nas costas da Prefeitura e o povo tem que pagar de novo aquilo que ele está pagando nos seus impostos, que é pelo direito ao serviço público. E aí, os heróis delegados "calças curtas" são obrigados a exercer as suas funções, porque os delegados especiais ou concursados ou de carreira, muitas vezes não se dispõem a irem para uma cidade enfrentar as "bocas quentes" ou as cidades que têm problemas sérios de segurança.

Eu não quero generalizar. Quero levantar como preocupação. Os delegados não querem ir para uma cidade, porque lá tem isso tem aquilo, não vai se adaptar ou

coisa nesse sentido. Há necessidade de ter essa preocupação, porque muitas vezes são forçados a ser nomeados delegados "calças curtas". Recebo pedidos para que se encaminhe Delegados para as cidades, mas não há delegados disponíveis por uma série de razões.

A preocupação com a segurança não é simplesmente nomear o delegado, nem é a prefeitura pagar um salário para o delegado, nem criar cargos políticos. Não generalizo, mas muitas vezes, usam do cargo para fazer campanha política ou servir os grupos políticos que o nomeiam na cidade.

Por isso não concordo com essa forma, mas há necessidade de achar uma solução para o problema da segurança e uma das coisas é a participação da comunidade, através das organizações dos Conselhos Comunitários e a comunidade vai ajudar o delegado, o município, o governo e a Associação de Defesa dos direitos dos Delegados, a exercer a credibilidade e fazer com que a credibilidade dos delegados da polícia, e da segurança estejam presentes no município.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, o Deputado Bona Turra havia solicitado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência está declinando?

O SR. RENATO ADUR - Antecipo ao Deputado Bona Turra e me inscrevo a seguir.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica que estava registrado que V. Exa. seria o último orador inscrito para falar em encaminhamento de votação.

De acordo com o Regimento, iríamos encerrar com Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu também me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Bona Turra com a palavra. Querem falar até amanhã, tudo bem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Isso não é saída do Presidente. Lamento que Vossa Excelência use essa expressão que usou. Vossa Excelência tem o Regimento e cabe a Vossa Excelência a guarda e execução desse Regimento. Só falta mais um orador de acordo com o Regimento Interno. Se o nobre Deputado Renato Adur transferiu, é o último orador.

O SR. BONA TURRA (Pela Ordem) - Uma consulta. O Regimento Interno parece que diz do direito de cada um dos parlamentares, proceder o encaminhamento da votação.

E era nessa condição de parlamentar que requeri o encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - E a Presidência está lhe concedendo a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Uma vez que Vossa Excelência já anunciou de que estava inscrito o líder do governo, Deputado Renato Adur, e até interpelado pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quando Vossa Excelência disse que o Deputado Renato seria o último a encaminhar e discutir o projeto. Consulto Vossa Excelência se está nesta posição que Vossa Excelência anunciou. Entendo que deverá ser o Deputado Renato Adur e encerrar a discussão.

Caso contrário, me inscrevo também para encaminhar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Bona Turra falará em substituição ao Deputado Renato Adur, último inscrito.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Continuo inscrito. Requeri a transferência ao Deputado Bona Turra e continuei inscrito. Agora, se o Deputado Bona Turra não pode falar, e se eu sou o último inscrito, eu assumo a minha parte no encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Diante da manifestação de Vossa Excelência, está com a palavra, para encaminhamento de votação, com o Deputado Renato Adur.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Havia requerido, Senhor Presidente, o uso da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência não havia se inscrito, Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Havia requerido o uso da palavra simultaneamente ao Deputado Renato Adur. No entanto, talvez a Mesa não tenha feito este registro e também não tive a notícia, antes de que a Mesa entendesse a inscrição do Deputado Renato Adur como a última inscrição. Este é um fato novo, mas se a Presidência mantém este encaminhamento não tenho outra saída se não me render, até porque não poderia substituir o Deputado Renato Adur, porque faria um encaminhamento contrário à aprovação deste projeto, por entendê-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Parabenizo Vossa Excelência pela atitude, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)
Não quis desacatar Vossa Excelência. Pedi para encaminhar só para fazer umas pequenas considerações, rápidas, porque estava no gabinete atendendo, ouvi o Deputado Toti Colaço, lá, e vim correndo ao Plenário apenas para fazer considerações rápidas. Não queria ocupar 5 ou 10 minutos, não.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Renato Adur, para encaminhar a votação.

O SR. RENATO ADUR - Ouvimos com bastante atenção os pronunciamentos de todos os Parlamentares desta Casa. Entretanto, o Governo do Estado do Paraná encontra-se com um problema para ser resolvido. É evidente, é o problema da questão da segurança no Estado do Paraná e a questão da nomeação de delegados.

Mas, em contrapartida a isso, cabe ao Governador do Estado a responsabilidade, também, de bem administrar o erário público. O Governador do Estado, Roberto Requião, tem mantido a preocupação, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de constitucionalmente trabalhar dentro de suas limitações de folha de pagamento na questão dos percentuais de 65%.

Então, a solução que o Governador do Estado encontrou para resolver este problema foi efetivamente a Mensagem encaminhada a esta Casa e todos sabem que durante todos estes anos, muito poucas as mensagens que vieram a esta Casa para contratação de pessoal. Podemos até enumerá-las, se for o caso. Mas, foi a solução encontrada pelo Senhor Governador para amenizar este problema.

Nós, em conversa e contato com as Lideranças da nossa Bancada, achamos por bem aprovar o Projeto, hoje, e retirarmos amanhã, não para emendas, mas para levá-lo ao conhecimento, novamente, do Sr. Governador do Estado, juntamente com as Lideranças, com a Associação dos Delegados e tentarmos encontrar uma fórmula que talvez aprimore este Projeto, dando as melhores condições para isso.

O que não podemos abdicar é da contratação de mais 150 pessoas, que virão de uma forma ou de outra, auxiliar o Estado do Paraná na questão da segurança pública, principalmente nas delegacias das pequenas cidades do interior do Paraná, que hoje estão carentes, estão com problemas, efetivamente. Nós assumimos a responsabilidade de que há uma deficiência no setor. Agora, não há disponibilidade de verba pa-

ra uma contratação macro. É a própria Associação de Delegados, em contato com a Presidência, chegamos a esta conclusão. Eles também entendem que o problema é de orçamento do Estado.

Então, o que se queria era chegar num meio termo e resolver o problema da segurança, principalmente dos prefeitos e de todas as lideranças das comunidades do interior, que clamam por isso.

Portanto, aprovaremos hoje, Senhor Presidente, esta é a nossa orientação, e amanhã retiraremos o Projeto para discussão.

Agora, hoje, a nossa posição é pelo voto favorável à Mensagem do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Parece-me, se entendi direito, o Deputado Renato Adur antecipa a aprovação do projeto quando fala que se aprova hoje, em 1.^a discussão. É bom deixar claro que as Bancadas de Oposição votam pela rejeição do Projeto. Quem deverá votar favorável, evidentemente, são os liderados do Deputado Renato Adur.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

- Só queria deixar registrado que nem eu, nem o Deputado Bona Turra, nem o Deputado Algaci, nem o Deputado Paulo Maia, nem o Deputado Ovídio, nem o Deputado Toti, somos contra qualquer que seja o ser humano que queira trabalhar. Vossa Excelência me entende nós temos no Paraná uma série de delegados que não são bacharéis e que honram, com muita dignidade, a sua delegacia de polícia. Nós não somos contra seres humanos que queiram trabalhar, mas eu acho que heróis hoje no Paraná, como disse o Deputado Ovídio agora há pouco, são os nossos delegados de carreira de polícia do Paraná, Deputado Toti, que passam na carne um sofrimento muito grande de trabalhar sem condições, de trabalhar com precariedade.

Eu até concordo. Quer-se nomear 150 cargos para que se crie assistentes de segurança pública no Paraná. Eu gostaria até de emendar. Vou discutir com os nossos Deputados aqui se existe uma possibilidade de esses assistentes passarem por uma formação policial para, quando ~~assumirem~~ os seus postos, saibam qual critério ~~assumir~~. Não é demérito nenhum um cidadão ~~ser~~ assistente. Eu só não concordo com o delegado "calça-curta", aquele que, às vezes, mancha o nome do delegado de carreira. É isso, Deputado Toti. Eu não sou contra. Quer contratar, contrata, desde que eles passem por um curso, por aperfeiçoamento para que eles não venham desmoralizar a verdadeira classe policial do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência coloca a matéria em votação, alertando aos Senhores Deputados que, tendo em vista pareceres favoráveis da C.C.J. e Finanças e contrário da Comissão de Segurança Pública, a votação se processará da forma inversa.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à aprovação da matéria queiram levantar-se; os contrários, permaneçam como estão. A matéria está aprovada.

O SR. PAULO MAIA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Verificação de votação requerida pelos Deputados Algaci Túlio e Paulo Maia.

Os Deputados contrários à aprovação do projeto 399/93 queiram levantar-se. 12 Senhores Deputados.

Os Deputados que aprovam queiram levantar-se. 20 Senhores Deputados aprovam. Está aprovada a matéria.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Nós agora aguardamos, então, o pronunciamento do Deputado Renato Adur de que na sessão de amanhã entrará com pedido de retirada do projeto por dez sessões para que se analise com mais profundidade. Foi o que, pelo menos, foi acertado pelo Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Nós combinamos de retirarmos o projeto da Ordem do Dia para discutirmos com Sua Excelência o Senhor Governador do Estado. Nós vamos conversar com as nossas lideranças para decidirmos em quantas sessões vamos retirar o projeto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de indagar o nosso Líder, Deputado Renato Adur se, realmente, houve algum entendimento com o Deputado Algaci Túlio. Eu entendo que ele manteve uma posição contrária desde o início e, pelo que eu sei, a retirada deste projeto, que eu tenho também participação, seria entendimento com o Governador do Paraná e não com a Bancada da Oposição o compromisso assumido.

O SR. RENATO ADUR - Exatamente, Deputado Dirceu Manfrinato.

Não houve entendimento nenhum com a Liderança do PDT e, sim, com as nossas lideranças. Por isso, reservamo-nos no direito de discutirmos e amanhã decidirmos em quantas sessões nós vamos retirar o projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Não disse aqui que houve entendimento com esse parlamentar, mas a imprensa é testemunha de que lá atrás foi o Deputado Renato Adur e eu conversei com o Delegado de Polícia que havia recebido a seguinte orientação: o líder do Governo faria aprovar o projeto em 1.^a discussão; retiraria na sessão de amanhã por dez sessões. Eu até sugeri: poderia retirar por vinte.

Então, não pode o Deputado me fazer passar por mentiroso. A imprensa é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Este assunto nós discutiremos na sessão de amanhã.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, eu discordo do Deputado Manfrinato.

Parlamento, Senhor Deputado, é para trocar idéias, para fazer acertos, para combinar entre as bancadas, porque a minoria também tem o direito de se pronunciar, deve se respeitar também a minoria. O acordo entre a maioria e a minoria, pode possibilitar um entendimento melhor, uma lei melhor. O que votamos hoje foi uma matéria inconstitucional, puramente inconstitucional que eu acredito, deve merecer por parte do novo governador que está aí uma análise.

O Senhor Governador Roberto Requião deve estar mal cercado de assessores, porque o que tem vindo de mensagens governamentais inconstitucionais causa espécie a C.C.J., de modo que Vossa Excelência não devia advogar a tese de que o seu líder deve entender com o governador, devemos nos entender aqui na Assembleia Legislativa, nós somos os representantes da comunidade e como tal nós temos o direito do diálogo, do entendimento que deve partir da Assembleia, não do Líder com o Senhor Governador do Estado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu não subestimei, Deputado, a minoria, apesar de que, desde que eu sou político, sempre prevalece o voto da maioria, só se Vossa Excelência quiser inverter a ordem dos fatores, mas na verdade, Deputado, é que nós temos um estilo político de não fazer média quando

as galerias estão cheias, porque na verdade vocês insistiram numa posição única na votação do projeto e agora nós tivemos uma posição de votação de que a bancada majoritária que representa o governo foi vencedora, cabe agora discutir já uma vez que alegam que o projeto é inconstitucional, ao líder discutir com o governador, não é a forma que foi colocada pelo Deputado Algaci Túlio dizer que tem que retirar, se amanhã resolver que tem que votar de novo não vai retirar, isso é um problema...

(Vozes sobrepostas)

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós respeitamos as palavras do Deputado Colombino Grassano, no entanto não são totalmente verdadeiras as suas informações.

É bem verdade que eu não conversei com o Deputado Colombino Grassano que é o líder do PL, mas conversei com o líder do PT, do PDT, Deputado Algaci Túlio, conversei com o Deputado Ovídio Constantino e propus aos dois líderes que nós fizéssemos um acordo, respeitando obviamente as lideranças.

O Deputado Algaci Túlio se dirigiu à tribuna e fez o seu pronunciamento e colocou as suas posições, mesmo de um jeito ou de outro, nós decidimos com os nossos parlamentares que são do PTB, do PSDB, do PMDB, do PFL, de outros partidos e tomamos um posicionamento e amanhã nós em discussão entre o grupo, o que o grupo decidir esta liderança acatará, porque não é liderança de um só, é uma liderança de vários líderes, de vários partidos e nós costumamos corresponder aquilo que nossos companheiros decidem, nós apenas encaminhamos a votação, quem decide, quem vota, são nossos parlamentares.

Portanto, não é verdadeira esta questão, nós buscamos o entendimento, como é costumeiro da nossa parte, até extrapolamos às vezes para buscarmos um entendimento, esse procedimento tenho buscado fazer nesta Casa, junto até com pessoas às vezes contrárias, de colegas nossos, mas buscamos para que tenhamos o diálogo, tenhamos a comunicação, tenhamos um melhor relacionamento aqui neste parlamento e que o Paraná seja melhor servido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 374/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher, no Muni-

cípio de Pinhão - PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 375/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ortigueira - PR. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e PARECERES FAVORÁVEIS da C.S.P. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 418/93, autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Trecho que liga o Município de Ivaté ao Distrito de Herculanópolis). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 463/93, de autoria do Deputado LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia Municipal que liga a BR-369 ao Município de Anahy. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 483/93, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem 051/93, que fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, parte do lote de terreno designado pela letra "C", sem benfeitorias, situado no quadro urbano do Município de São José dos Pinhais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 512/93, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina de Rodovia Egas Pentecoste Izique, aquela que liga o Município de Alvorada do Sul ao trecho da Rodovia PR-167. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 587/93, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 066/93, que autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de Crédito Externo, junto ao BIRD, até o valor de US\$ 130.000.000,00, para financiamento do Projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E..

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 587/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 066/93, o presente plano de lei autoriza o Poder Executivo a contratar ope-

ração de crédito externo, junto ao BIRD, até o valor de US\$ 130.000.000,00, para financiamento do "Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná".

Analisada a proposta pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Esta Comissão em análise ao mérito da proposta, no que se refere ao âmbito estritamente da Educação, concorda com a medida apresentada, não vendo impedimento algum a sua normal tramitação pelos órgãos da Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável à aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em nº de 04 (quatro), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 587/93.

Art. Único - Fica suprimido o item II do Art. 4º do Projeto de Lei nº 587/93.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(aa) CLEITON KIELSE
DOMINGOS CARVALHO
NILTON BARBOSA
ERONDY SILVÉRIO
LUIZ CARLOS MARTINS
JOÃO IENSEN
RENATO ADUR
CARLOS SIMÕES

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02, AO
PROJETO DE LEI Nº 587/93.

Acrescente-se onde couber: "Na execução do Projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná, a Associação dos Municípios do Paraná participará como membro do Sistema de Acompanhamento Gerencial da Parceria Estado-Município".

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Her-
mas Brandão, Alceu Swarowski, Oswaldo Tre-
visan, Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Da análise do projeto se observa que as ações serão desenvolvidas no âmbito dos municípios, envolvendo inclusive o Sistema Municipal de Educação e de Planejamento.

Assim sendo, para o pleno êxito das ações pretendidas mister se faz uma articulação sistêmica e orgânica com os municípios através da entidade representativa dos mesmos, no caso a Associação dos Municípios do Paraná.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03, AO
PROJETO DE LEI Nº 587/93.

Acrescente-se Art. 5º, renumerando-se os atuais artigos 5º e 6º:

Art. 5º - O Poder Executivo enviará projeto de lei com detalhamento das ações e atividades pretendidas no "Projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná".

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Her-
mas Brandão, Alceu Swarowski, Geraldo Car-
tário e Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

É de fundamental importância aprovação autorizando o empréstimo solicitado junto ao BIRD.

Entretanto, esta Casa não pode se fur-
tar ao dever de colaborar na elaboração de projeto de tal envergadura para o bem dos municípios e do Estado do Paraná.

Tal assertiva se fundamenta na impe-
riosa necessidade de os Parlamentares,
quais representantes de suas comunidades,
participarem no projeto de desenvolvimento
global do Estado do Paraná.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04, AO
PROJETO DE LEI Nº 587/93.

Seja incluído no texto do inciso II,
do art. 4º, onde couber, o seguinte:

Art. 4º

Inciso I

Inciso II - implementando a capacita-
ção regionalizada e gradativa a iniciar-se
para sua aplicação em 1994, os núcleos re-
gionais de educação das áreas Metropolita-
na Norte, Metropolitana Sul e Curitiba no
1º semestre e Cianorte, Apucarana, Marín-
gá, Assis Chateaubriand, Cascavel, Foz do
Iguaçu e Toledo para o 2º semestre.

Inciso III

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(aa) MÁRIO BEZERRA

COLOMBINO GRASSANO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Paulo
Maia, Algaci Túlio, Lourenço Fregonese
e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

Adotamos as razões expendidas na Men-
sagem do Poder Executivo.

Devido à apresentação de emendas, o
projeto retorna à C.C.J. para o competente
parecer em 48 horas.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 602/93,
de autoria do Deputado Florisvaldo Fier
(Dr. Rosinha), que declara de Utilidade
Pública o Movimento de Defesa dos Favela-
dos com sede e foro nesta Capital. Com PA-
RECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**
(Publ. no D.A. nº 143, de 18.10.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 602/93

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública o Movimento de Defesa dos Favelados, com sede e foro nesta Capital.

Analisada a matéria, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 608/93, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que declara de Utilidade Pública o Lar São José de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 144, de 19.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 608/93

P A R E C E R:

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública o Lar São José de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra-Pr.

Os documentos acostados comprovam, por outro lado que o Lar São José de Guaíra, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, e os membros da Diretoria não são remunerados, pela sociedade e relevantes.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Sala das Comissões, em 26.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 610/93, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Nova Santa Rosa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 144, de 19.10.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 610/93

P A R E C E R:

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI", com sede e foro no Município de Nova Santa Rosa.

Os documentos acostados, comprovam,

por outro lado que a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, e os membros da Diretoria não são remunerados, pela sociedade e relevantes.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Sala das Comissões, em 26.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 4269 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4270 a 4273, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4269-A e 4274 a 4282, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4284, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4285, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4286, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4289, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 4290, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Deixa de receber.**

Do Deputado Paulo Maia a Mesa deixa de receber e solicita que o requerimento seja reapresentado dentro daquilo que estabelecer o Regimento e a Constituição, dado tratar-se de pedido de informações à SERLOPAR. O mesmo terá que ser endereçado através da Secretaria competente.

E o mesmo caso me parece que da Ouvidoria Geral.

Requerimento n° 4291, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Deixa de receber.**

A Mesa também deixa de receber e colo-

car em votação o requerimento do Deputado Algaci Túlio, que trata da convocação do diretor do Serviço de Loterias do Paraná. Também que terá que ser convocado o Secretário que responde por este setor.

Solicita que seja feito na questão da convocação do Secretário Especial, Ouvidor Olivir Gabardo.

Requerimento n° 4292, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 4293, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. RENATO ADUR - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se na forma regimental.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Quero apenas deixar meu protesto porque certamente nos próximos dias poderá ocorrer a mesma coisa e não quero ouvir da boca do líder do Governo que agora "Inês está morta".

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Temos, Sr. Presidente, por norma, buscado pedir para discutir estes requerimentos e procurado, dentro de 24 horas, verificar se conseguimos informações para encaminharmos aos Srs. Parlamentares, como temos feito e acabamos de fazer há poucos minutos com os Deputados Ovídio Constantino e Neivo Beraldin. Aqueles que entendemos que não podemos fornecer informações em 24 horas, que dependem de um estudo mais apurado, ou que entendemos que não devemos receber como requerimento, votamos contra, ou aprovamos, conforme o caso.

Portanto, como norma este requerimento do Governo, em 24 horas, se pudermos transmitir informações ao Deputado Algaci Túlio, o faremos com o maior prazer.

É isto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento n° 4294, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. RENATO ADUR - Para discutir, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 4295, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. (A Matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 4296, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4298, 4299 e 4300, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregoneze, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4302 a 4309, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 4310 a 4313, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4316 a 4320, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4323, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Nelson Garcia, Élio Rusch e Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4324, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4332, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, de sessão anterior. Deixa de apreciá-lo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 047, 062, 063, 064, 065, 066, 068, 072 e 073/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 399, 602, 608 e 610/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES EM SESSÃO DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 1993.

"Daqui para frente, um novo País"
Jaime Lerner

O Brasil não sairá da crise só com medidas econômicas. Não há medida que possa prevalecer sem uma vontade nacional sólida. E tal vontade não acontecerá sem que o povo se sinta respeitado.

Para que esta vontade se viabilize e para que as próximas eleições não esvaziem sua perspectiva no maniqueísmo de sempre, a classe política terá que se reciclar. Instada a se depurar, em meio a um clamor popular crescente, terá que se preparar também para assumir a parte que lhe cabe na construção do país de sucesso que sobrevive no imaginário brasileiro.

Talvez à conta dos anos de autoritarismo, grande parte dos políticos especializou-se na denúncia e no diagnóstico, mas não se preparou para fazer acontecer. O resultado é que frustrou a esperança do povo. E das frustrações, entrou em um desgaste crescente, agora agravado com a onda de irregularidades que a sociedade está vendo no Congresso. Com o perigo de se induzir a um julgamento errôneo sobre as instituições e, mais grave, com o perigo de se emprestar apelo popular aos pregadores do retrocesso.

É esse o desafio essencial que se impõe agora à classe política: alcançar a dimensão do respeito exigido pela sociedade.

Vencer a barreira da inércia, que é a mãe da corrupção e também da síndrome da tragédia, aquela que tenta impor na psique dos brasileiros a idéia de que somos um país de perdedores, sobrepondo as possibilidades de um país de sucesso.

Construir um novo país. Um país alicerçado no res-

peito e erguido com a força, a magia de uma sociedade determinada. Não permitir que os problemas cresçam. Projetar o sucesso. Não precisamos ter um destino trágico. Não precisamos ser um país de perdedores.

O novo país deve propor um desafio também ao empresariado. O mercado interno, hoje restrito a 30 milhões de pessoas com pleno acesso a bens e serviços, tem que ser ampliado. Quem tem a perspectiva de um mercado de 150 milhões de brasileiros vestidos, alimentados, calçados, educados e com saúde, não precisa depender da Bolsa de Chicago. E nem precisa temer pelo futuro, especialmente pela vida: emprego e circulação de riqueza desanuviam a tensão social, inibem a violência, especialmente a violência nos grandes centros urbanos, hoje neurose nacional.

A ampliação do mercado interno é de grande interesse

do trabalhador. Isto requer o barateamento dos produtos essenciais e, por implicar no crescimento da oferta de empregos, cedo ou tarde redundará em aumento da renda.

Mas e o governo? Se a classe política como um todo deve reciclar-se, o governo central terá que se agilizar. Assim como os empresários descobriram o caminho da terceirização para racionalizar seus negócios, o governo precisa dividir o poder e os encargos com as 5.000 cidades brasileiras. Terceirizar pelas cidades, que de longe são mais ágeis no atendimento às necessidades básicas da população. Mas este novo trato pressupõe uma divisão clara de recursos e atribuições, capaz de varrer da vida brasileira a vergonhosa intermediação de recursos públicos. Com o dinheiro no cofre, os prefeitos agem rápido e com racionalidade, porque são fiscalizados pela comunidade.

O que se quer com o fortalecimento do poder local não é o esvaziamento dos governos estaduais e central. Ao contrário, menos pressionados poderão se concentrar

com eficácia nas estratégias estaduais e nacionais. Por si só esta descentralização reduzirá as possibilidades de corrupção.

O desperdício e, sobretudo, induzirá a interiorização do desenvolvimento, ensejando uma ocupação mais equilibrada do território nacional e a redução das migrações internas.

As cidades são um poderoso agente de transformação. E o exemplo de uma cidade alcançada suas vizinhas. As cidades podem resolver melhor a questão da criança, podem até mudar o perfil energético do país, combatendo o desperdício e estimulando posturas ambientalmente corretas. As cidades podem restituir mais rapidamente os sinais de respeito. É por isso que se fortalece o entendimento de que o próximo século será o século das cidades, e os países que não se derem conta disto ficarão à margem da história.

É preciso frisar que o fortalecimento das cidades não pode ser confundido com o municipalismo de tempos passados. O que se quer é uma relação harmoniosa interativa e transparente. O que se quer é inverter a ótica de que as cidades são problema para uma visão estratégica de que elas podem ser uma alavanca de soluções. As medidas econômicas poderão sobreviver ancoradas na vontade nacional, num país preparado para o sucesso.

JAIIME LERNER, 55 anos, é professor de Curitiba (PR) por três períodos (1971-75, 1979-83, 1989-92).